



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Auditor Fiscal da Receita Estadual - 3ª Categoria**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

## PROVA 2 - OBJETIVA

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.
- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PROVA 2****Direito Empresarial (Comercial)**

1. Em relação aos títulos de crédito, considere:

- I. Aquele que, excedendo os poderes que tem, lança a sua assinatura em título de crédito, como mandatário ou representante de outrem, obriga pessoalmente o mandante, que terá contra ele, porém, direito de regresso para haver os danos eventualmente causados a terceiros.
- II. O portador de título representativo de mercadoria tem o direito de transferi-lo, de conformidade com as normas que regulam a sua circulação, ou de receber aquela independentemente de quaisquer formalidades, além da entrega do título devidamente quitado.
- III. Enquanto o título de crédito estiver em circulação, só ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias que representa.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

2. *Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.*

Este enunciado refere-se ao seguinte instituto:

- (A) confusão.
- (B) abuso do direito.
- (C) fraude contra credores.
- (D) fraude à execução.
- (E) desconsideração da personalidade jurídica.

3. No tocante à atividade empresarial, é correto afirmar:

- (A) A sentença que decretar ou homologar o divórcio do empresário pode ser oposta de imediato a terceiros, sem necessidade de qualquer averbação ou arquivo no Registro Público de Empresas Mercantis.
- (B) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações que contrair.
- (C) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- (D) Em nenhum caso poderá o incapaz, após reconhecida judicialmente sua incapacidade, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor da herança.
- (E) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

4. No tocante à falência, é correto afirmar:

- (A) A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar contestação, se assim o desejarem.
- (B) O juízo da falência é divisível de acordo com a natureza dos credores, resolvendo-se separadamente os débitos garantidos com ônus real e os quirografários, fiscais e trabalhistas.
- (C) A responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, será apurada autonomamente após a realização do ativo e da prova de sua insuficiência para cobrir o passivo.
- (D) O juiz poderá, somente se provocado pelos credores nos autos da falência, ordenar a indisponibilidade de bens particulares dos réus, proporcional ao dano provocado, até julgamento final da ação de responsabilização.
- (E) A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios, limitada e subsidiariamente responsáveis, exigindo-se o total dos juros e convertendo-se as obrigações em moeda estrangeira para moeda corrente nacional.



5. Constituem infrações da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:
- I. limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa.
  - II. dominar mercado relevante de bens ou serviços, ainda que a conquista desse mercado tenha sido resultado de processo natural fundado na maior eficiência de agente econômico em relação a seus competidores.
  - III. aumentar arbitrariamente os lucros.
  - IV. exercer de forma abusiva posição dominante, caracterizada sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar vinte por cento ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo CADE para setores específicos da economia.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

6. Nas sociedades anônimas,

- (A) a redução do capital social da companhia só será possível se a assembleia geral definir a necessidade de se pleitear sua recuperação judicial, em face de sucessivos prejuízos financeiros havidos e comprovados.
- (B) a constituição da companhia depende de subscrição, pelo menos por duas pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto; em regra, de realização, como entrada, de dez por cento, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro; e de depósito, no Banco do Brasil, ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários, da parte do capital realizado em dinheiro.
- (C) a constituição da companhia por subscrição pública não depende de prévio registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários, mas a subscrição somente poderá ser efetuada com a intermediação de instituição financeira.
- (D) o administrador é pessoalmente responsável, no âmbito civil, pelas obrigações que contrair em nome da sociedade anônima, ainda que em virtude de ato regular de gestão, não tendo porém responsabilidade criminal senão em casos de dolo ou culpa.
- (E) o capital social da companhia só poderá ser aumentado por deliberação de assembleia geral, ordinária ou extraordinária, convocada especialmente para esta finalidade, visando à correção da expressão monetária do seu valor.

7. A sociedade

- (A) simples constitui-se mediante contrato escrito, necessariamente público, que conterà as cláusulas livremente estipuladas pelas partes e mais as previstas em lei.
- (B) que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural e seja constituída, ou transformada, de acordo com um dos tipos de sociedade empresária, pode, cumpridas as formalidades legais, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da sua sede, caso em que, depois de inscrita, ficará equiparada, para todos os efeitos, à sociedade empresária.
- (C) que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário, independentemente de registro, salvo as exceções expressas, considera-se empresária; as demais são sociedades simples.
- (D) limitada pode ser considerada empresária, independentemente de seus objeto; e, simples, a cooperativa.
- (E) adquire personalidade jurídica com o início efetivo de suas atividades empresariais ou como prestadora de serviços.

8. Em relação aos crimes falimentares, é correto afirmar:

- (A) Os crimes falimentares são de ação penal pública condicionada à representação.
- (B) Tão logo proferida a sentença penal condenatória falencial, notificar-se-á o Registro Público de Empresas para tomar de imediato as medidas necessárias para impedir novo registro em nome dos inabilitados atingidos pela condenação.
- (C) A sentença que decreta a falência ou concede a recuperação judicial é condição subjetiva de punibilidade das infrações penais falenciais.
- (D) Os efeitos de que trata a condenação por crime falimentar não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença, perdurando até cinco anos após a extinção da punibilidade, podendo, porém, cessar antes pela reabilitação criminal.
- (E) A decretação da falência do devedor suspende a prescrição penal, cuja contagem tenha iniciado com a concessão da recuperação judicial ou com a homologação do plano de recuperação judicial.

9. No protesto de títulos,

- (A) poderá o apresentante do título retirá-lo antes da lavratura do protesto, ou ao documento de dívida, independentemente do pagamento de quaisquer emolumentos ou despesas, vedados nessa hipótese.
- (B) todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, ou não se encontrarem prescritos ou caducos, o que caberá ao tabelião de protesto apurar e reconhecer, nesse caso obstando o registro correspondente.
- (C) tratando-se de cheque, poderá o protesto ser lavrado no lugar do pagamento ou do domicílio do emitente, devendo do referido cheque constar a prova de apresentação ao banco sacado, salvo se o protesto tiver por fim instruir medidas pleiteadas contra o estabelecimento de crédito.
- (D) em nenhuma hipótese poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida emitidos fora do Brasil em moeda estrangeira, haja vista o curso forçado da moeda corrente nacional.
- (E) o protesto será registrado dentro de três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida, incluído o dia da protocolização na contagem do prazo.



10. Em relação aos contratos mercantis, é correto afirmar:
- (A) Pelo contrato de agência, uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada, caracterizando-se a distribuição quando o agente tiver à sua disposição a coisa a ser negociada.
  - (B) Franquia é o contrato pelo qual um empresário obriga-se a comercializar, com ou sem exclusividade, em determinado território, os produtos fabricados por outro empresário.
  - (C) Nos contratos mercantis entre empresários, não terá aplicação o Código de Defesa do Consumidor, mas somente os Códigos Civil e Comercial.
  - (D) A compra e venda mercantil é um contrato real, ou seja, para sua constituição é preciso a entrega do bem adquirido para aperfeiçoamento do vínculo contratual.
  - (E) Na comissão mercantil, o vínculo contratual se dá entre o comissário, que se obriga a realizar negócios mercantis com terceiros em nome e por conta do comitente, com responsabilidade pessoal deste pelos atos praticados.

11. Sobre os títulos de crédito, considere:
- I. A exigibilidade do título endossado pressupõe que necessariamente se escreva o nome do titular favorecido, isto é, do endossatário a quem transferido o título.
  - II. O possuidor de título ao portador tem direito à prestação nele indicada, mediante a sua simples apresentação ao devedor, sendo devida a prestação ainda que o título tenha entrado em circulação contra a vontade do emitente.
  - III. O devedor só poderá opor ao portador do título exceção fundada em direito pessoal ou em nulidade de sua obrigação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
  - (B) I e II.
  - (C) I e III.
  - (D) II e III.
  - (E) I.

12. No tocante aos órgãos societários e de administração das sociedades anônimas:
- (A) É sempre necessária a aprovação unânime dos acionistas para deliberar sobre a cisão, fusão ou dissolução da companhia.
  - (B) Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social.
  - (C) A Assembleia Geral só pode ser convocada pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da companhia.
  - (D) Nas companhias abertas, o acionista só poderá participar e votar em Assembleia Geral se estiver presente pessoalmente ao ato.
  - (E) Entre outras funções, compete privativamente à Assembleia Geral reformar o estatuto social, autorizar a emissão de partes beneficiárias e autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial.

### Economia e Finanças Públicas

13. De acordo com a teoria da ciência econômica, referem-se a conceitos econômicos, levados em conta nas decisões individuais:
- I. O **trade off** entendido como termo que define uma situação de escolha conflitante, ou seja, quando uma ação econômica, visando à resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente, outros problemas.
  - II. O **custo de oportunidade** é aquilo que o agente econômico deve ter de recompensa para abrir mão de algum consumo.
  - III. A **mudança marginal** que é um pequeno ajuste incremental em um plano de ação não revestido de racionalidade econômica.
  - IV. O **incentivo** que é algo que induz os indivíduos a agir, tal como a perspectiva de uma punição ou recompensa.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I e IV, apenas.
  - (E) III e IV, apenas.

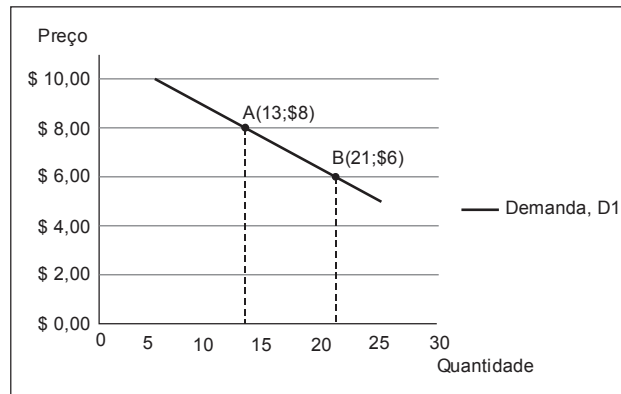
14. Os formuladores de políticas públicas, muitas vezes, desejam influenciar a quantidade de cigarros consumidos pela população em função dos efeitos adversos do fumo sobre a saúde. A política por eles utilizada pode atingir esse objetivo de duas maneiras:
- I. Comunicados públicos, alertas obrigatórios nas embalagens de cigarros e proibição de publicidade de cigarros na Televisão e em Rádio.
  - II. Elevação do imposto sobre fabricação e consumo dos cigarros.

A Curva de Demanda terá, de acordo com as políticas I e II utilizadas, os comportamentos expressos em:

	Política I	Política II
A	Resulta em um movimento ao longo da curva de demanda.	Desloca a curva de demanda para a direita.
B	Desloca a curva de demanda para a esquerda.	Resulta em um movimento ao longo da curva de demanda.
C	Desloca a curva de demanda para a direita.	Desloca a curva de demanda para a direita.
D	Resulta em um movimento ao longo da curva de demanda.	Desloca a curva de demanda para a esquerda.
E	Desloca a curva de demanda para a direita.	Resulta em um movimento ao longo da curva de demanda.



15. Considere o gráfico a seguir:



A inclinação da curva de demanda é um dos elementos matemáticos que afetam a elasticidade-preço de demanda, a qual expressa o quanto as compras respondem a mudanças de preços. O resultado do cálculo da inclinação da Curva de Demanda D1, entre os pontos A e B, é:

- (A)  $-3/4$
- (B)  $-1/3$
- (C)  $-1/4$
- (D)  $-2/3$
- (E)  $-2/4$

16. O Produto Interno Bruto – PIB a preços de mercado mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades residentes que têm como destino um uso final (exclui consumo intermediário). Considerando-se a ótica de mensuração do PIB pela demanda, é correto afirmar que o seu cômputo é dado

- (A) pela despesa de consumo final mais o total de impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e a importação, mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços.
- (B) pelo valor da produção menos o consumo intermediário, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção.
- (C) pela remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.
- (D) pela despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços.
- (E) pelo valor da produção menos o consumo intermediário, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços.

17. Considere as seguintes assertivas relativas à elasticidade – preço da demanda:

- I. A demanda é considerada elástica quando a elasticidade é maior que 1, o que significa que a quantidade varia proporcionalmente mais que o preço.
- II. A demanda é considerada inelástica quando a elasticidade é menor que 1, o que significa que a quantidade varia proporcionalmente menos que o preço.
- III. Quanto mais horizontal for uma curva de demanda que passa por determinado ponto, menor será a elasticidade-preço da demanda.
- IV. Quanto mais vertical for uma curva de demanda que passa por determinado ponto, maior será a elasticidade-preço da demanda.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

18. Grande parte do debate sobre a política tributária se estabelece em torno do fato de "se os ricos pagam uma parcela justa de impostos". Uma das formas de se avaliar essa questão adequadamente é verificar quanto as famílias de diferentes níveis de renda pagam de tributos, em proporção à renda, no atual sistema tributário.

Nesse sentido, os sistemas tributários podem ser classificados em três tipos, a saber:

- I. Um sistema tributário com imposto em que os contribuintes com altas rendas e aqueles com rendas menores pagam a mesma fração de sua renda.
- II. Um sistema tributário com imposto em que os contribuintes com altas rendas pagam uma fração menor de sua renda que os contribuintes com rendas menores.
- III. Um sistema tributário com imposto em que os contribuintes com altas rendas pagam uma fração maior de sua renda que aqueles com rendas menores.

Os sistemas tributários I, II e III contêm, respectivamente,

- (A) equidade horizontal, equidade regressiva e equidade progressiva.
- (B) imposto proporcional horizontal, imposto regressivo vertical e imposto progressivo vertical.
- (C) imposto horizontal proporcional, imposto vertical regressivo e imposto vertical progressivo.
- (D) imposto vertical, imposto horizontal e imposto gradual.
- (E) imposto proporcional, imposto regressivo e imposto progressivo.

19. As características do sistema tributário de um país afetam a distribuição de renda da sociedade. A equidade entre os grupos de renda é um princípio importante no projeto de um sistema tributário.

Suponha que o governo utilizasse a seguinte fórmula para calcular quanto uma família teria como valor do imposto devido:

$$\text{Impostos devidos} = (1/3 \text{ da renda}) - 10 \text{ mil}$$

Diante dessa regra de tributação, considere as seguintes situações de renda familiar e valor de imposto devido:

- I. Uma família com renda de \$ 66 mil teria um imposto devido de \$ 12 mil; uma família com renda de \$ 105 mil teria um imposto devido de \$ 25 mil; uma família com renda de \$ 21 mil teria um imposto calculado de (-) \$ 3 mil; assim, essa família receberia do governo um cheque de \$ 3 mil, pois trata-se da política do imposto de renda negativo.
- II. Uma família com renda de \$ 96 mil teria um imposto devido de \$ 22 mil; uma família com renda de \$ 45 mil teria um imposto devido de \$ 5 mil; uma família com renda de \$ 18 mil teria um imposto calculado de (-) \$ 4 mil; assim, essa família receberia do governo um cheque de \$ 4 mil, pois trata-se da política do imposto de renda equitativo.
- III. Uma família com renda de \$ 117 mil teria um imposto devido de \$ 29 mil; uma família com renda de \$ 84 mil teria um imposto devido de \$ 18 mil; uma família com renda de \$ 24 mil teria um imposto calculado de (-) \$ 2 mil; assim, essa família receberia do governo um cheque de \$ 2 mil, pois trata-se da política do imposto de renda positivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) II.

20. Considere:

- I. As Contas Capital e Financeira contemplam: Conta Capital, Investimentos Brasileiros no Exterior, Investimentos Estrangeiros no Brasil e Rendimentos Líquidos de Fatores de Produção Externos.
- II. O Saldo em Transações Correntes contempla: Balança Comercial, Balança de Serviços, Rendimentos Líquidos de Fatores de Produção Externos e Transferências Unilaterais.
- III. As Contas Capital e Financeira contemplam: Conta Capital, Investimentos Brasileiros no Exterior, Investimentos Estrangeiros no Brasil e Ativos de Reservas Internacionais.
- IV. O Saldo em Transações Correntes contempla: Balança Comercial, Balança de Serviços, Ativos de Reservas Internacionais e Transferências Internacionais.
- V. Caso o déficit em Transações Correntes seja superior ao superávit da Conta Capital e Financeira, haverá uma redução das Reservas Internacionais.

De acordo com a estrutura do Balanço de Pagamentos Brasileiro, está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

21. O regime de política macroeconômica prevalente no Brasil é caracterizado pelo tripé macroeconômico. Assim, as políticas macroeconômicas possuem por meta

- (A) a estabilidade do *inflation target*, o superávit primário do balanço de pagamentos e a estabilidade da dívida pública líquida do Governo Federal.
- (B) a estabilidade da taxa de inflação, o equilíbrio do balanço de pagamentos e a estabilidade/redução da dívida pública como proporção do PIB.
- (C) o superávit da balança comercial, a redução da taxa de inflação e a redução da dívida pública federal.
- (D) a redução da dívida pública líquida federal, a estabilidade da taxa de inflação medida pelo IPCA e o superávit da balança comercial.
- (E) o superávit do balanço de pagamentos, a redução da dívida pública interna e externa do Governo Federal e a redução da taxa de inflação medida pelo IPCA.



### Finanças Públicas

22. Sobre as políticas e critérios de distribuição de receitas e encargos entre as esferas de governo no Brasil, considere:
- I. A mobilidade da base tributável e a economia de escala na administração de tributos são critérios que justificam a inadequação da cobrança de impostos sobre a renda pelos municípios.
  - II. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter vivos (ITBI) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) são de competência dos Estados.
  - III. A dependência dos municípios de pequeno porte por transferências financeiras intergovernamentais se deve ao desequilíbrio vertical.
  - IV. O critério da economia de escala deve ser considerado para a configuração de redes de atenção à saúde, justificando a não prestação de serviços de alta complexidade por todos os municípios.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
  - (B) I e IV.
  - (C) II e III.
  - (D) I, III e IV.
  - (E) II e IV.
23. Considere as despesas, a seguir, referentes ao Poder Executivo de um governo estadual e ao exercício financeiro de 2012 (valores expressos em milhares de reais):

Elemento de Despesa	Valor Apurado com base no regime de competência
Contratação por Tempo Determinado	20.000,00
Obrigações Patronais	110.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	340.000,00
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	10.000,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	40.000,00
Passagens e Despesas com Locomoção	2.000,00
Indenizações Trabalhistas (indenizações por demissão)	14.000,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	5.000,00

A Receita Corrente Líquida no exercício de 2012 foi R\$ (mil) 1.000.000,00. Em 2012, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo Estadual

- (A) não ultrapassou o limite pelo qual deveria ser alertado pelo Tribunal de Contas (limite de alerta).
  - (B) ultrapassou o limite máximo de despesa total com pessoal em R\$ (mil) 9.000,00.
  - (C) ultrapassou o limite prudencial de despesa total com pessoal em R\$ (mil) 19.500,00.
  - (D) gastou R\$ (mil) 49.000,00 a menos do que o limite máximo de despesa total com pessoal.
  - (E) gastou R\$ (mil) 71.000,00 a menos do que o limite prudencial de despesa total com pessoal.
24. As receitas previstas e as despesas fixadas no projeto Lei Orçamentária Anual, referente a 2014, de um governo estadual foram as apresentadas no quadro a seguir (valores expressos em milhões de reais):

Especificação	Receita Prevista	Especificação	Despesa Fixada
<b>Receitas Correntes</b>	<b>27.500,00</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>28.000,00</b>
Receita Tributária	14.100,00	Pessoal e Encargos Sociais	14.000,00
Receita de Contribuição	600,00	Juros e Encargos da Dívida	2.000,00
Receita Patrimonial	5.100,00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
Transferências Correntes	6.600,00	<b>Despesas de Capital</b>	<b>8.500,00</b>
Demais Receitas Correntes	1.100,00	Investimentos	7.500,00
<b>Receitas de Capital</b>	<b>9.000,00</b>	Inversões Financeiras	400,00
Operações de Crédito	8.000,00	Amortização da Dívida	600,00
Alienação de Bens	1.000,00		

Com base nessas informações, a Regra de Ouro, estabelecida no art. 167, inciso III, da Constituição Federal, foi

- (A) observada, pois o montante previsto para a Alienação de Bens é maior do que aquele fixado para as despesas com Inversões Financeiras.
- (B) observada, pois o montante previsto para as Operações de Crédito é menor do que aquele fixado para as Despesas de Capital.
- (C) desrespeitada, pois o montante previsto para as Receitas de Capital é maior do que aquele fixado para as Despesas de Capital.
- (D) desrespeitada, pois o montante previsto para as Operações de Crédito é maior do que aquele fixado para as despesas com Investimentos.
- (E) desrespeitada, pois o montante previsto para as Operações de Crédito é maior do que os montantes fixados para as despesas com Investimentos e Inversões Financeiras, em conjunto.



25. No Anexo de Metas Fiscais, na avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do exercício anterior, um dos motivos que justificam o NÃO cumprimento de tal meta é
- (A) o aumento da dívida fundada pelas variações desfavoráveis da taxa cambial.
  - (B) a redução da arrecadação da receita referente a juros de aplicações financeiras em decorrência do decréscimo dos rendimentos.
  - (C) o aumento da despesa realizada com a amortização da dívida fundada.
  - (D) a arrecadação de tributos menor do que a previsão em decorrência do crescimento econômico menor do que aquele esperado para o período.
  - (E) o aumento da despesa realizada com juros e encargos sobre a dívida.
- 
26. De acordo com a Lei Complementar nº 131/2009, os Estados que não assegurarem a transparência mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, não poderão
- (A) receber transferências voluntárias.
  - (B) obter garantia direta de outro ente.
  - (C) obter garantia indireta de outro ente.
  - (D) contratar operações de crédito que visem à redução da despesa com pessoal.
  - (E) contratar operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.
- 
27. As transferências realizadas por um governo estadual para os municípios referentes a convênios celebrados para a construção de prédios onde funcionarão escolas técnicas são transferências
- (A) incondicionais.
  - (B) do Fundo de Participação dos Municípios.
  - (C) constitucionais.
  - (D) legais.
  - (E) voluntárias.
- 
28. No dia 02/09/2013, uma entidade da Administração indireta estadual fez o empenho das despesas com Equipamentos e Material Permanente no valor de R\$ 35.000,00 e com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 2.000,00 referentes, respectivamente, a aquisição de um equipamento médico e serviços necessários para a sua instalação. Em 16/09/2013, o fornecedor entregou o equipamento e, neste mesmo dia, houve a liquidação desta despesa, cujo pagamento ocorreu em 10/10/2013. No dia 04/10/2013, foi realizada a instalação do equipamento e liquidada a despesa com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e, no dia 31/10/2013, houve o pagamento referente a esta prestação de serviços para a entidade pública. Considerando o enfoque patrimonial e que a vida útil estimada do equipamento era de 5 anos, a contabilidade deveria reconhecer
- (A) uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 37.000,00 em outubro de 2013.
  - (B) um passivo circulante de R\$ 37.000,00 em setembro de 2013.
  - (C) uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 2.000,00 em setembro de 2013.
  - (D) uma variação patrimonial qualitativa de R\$ 35.000,00 em setembro de 2013.
  - (E) um passivo permanente de R\$ 2.000,00 em outubro de 2013.
- 
29. Considere os dados extraídos do Balanço Orçamentário de uma entidade pública referente ao exercício financeiro de 2012:
- Dotação Atualizada da Despesa: R\$ 690.000,00
  - Despesas Empenhadas: R\$ 685.000,00
  - Despesas Liquidadas: R\$ 670.000,00
  - Despesas Pagas: R\$ 640.000,00
- Um fornecedor de material de informática entregou à entidade pública, em fevereiro de 2013, dentro do prazo acordado com o gestor público, mercadorias no valor de R\$ 3.000,00, cujo empenho foi anulado no encerramento do exercício de 2012.
- Com base nestas informações, o valor inscrito em restos a pagar não processados, no exercício, foi,
- (A) R\$ 48.000,00.
  - (B) R\$ 30.000,00.
  - (C) R\$ 18.000,00.
  - (D) R\$ 20.000,00.
  - (E) R\$ 15.000,00.
- 
30. O aumento de remuneração dos professores do ensino médio da rede pública estadual, servidores da Administração direta que atuam na manutenção das atividades de ensino,
- (A) deve ser classificado em Reservas para Contingências na Lei Orçamentária Anual.
  - (B) aumenta a despesa de capital.
  - (C) deve ter autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (D) impacta o orçamento de investimentos das autarquias.
  - (E) impacta o orçamento da seguridade social.



**Matemática Financeira**

31. A aplicação de um capital sob o regime de capitalização simples, durante 10 meses, apresentou, no final deste prazo, um montante igual a R\$ 15.660,00. A aplicação de um outro capital de valor igual ao dobro do valor do capital anterior sob o regime de capitalização simples, durante 15 meses, apresentou, no final deste prazo, um montante igual a R\$ 32.480,00. Considerando que as duas aplicações foram feitas com a mesma taxa de juros, então a soma dos respectivos juros é igual a
- (A) R\$ 6.660,00  
(B) R\$ 3.480,00  
(C) R\$ 4.640,00  
(D) R\$ 5.600,00  
(E) R\$ 6.040,00
- 
32. Um título é descontado em um banco 5 meses antes de seu vencimento com a utilização do desconto comercial simples a uma taxa de desconto de 36% ao ano. Caso este título tivesse sido descontado com a utilização do desconto racional simples, também a uma taxa de desconto de 36% ao ano, o correspondente valor atual superaria o valor atual anterior em R\$ 517,50. O valor do desconto apurado com a utilização da operação de desconto racional simples é
- (A) R\$ 3.500,00  
(B) R\$ 3.300,00  
(C) R\$ 3.350,00  
(D) R\$ 3.400,00  
(E) R\$ 3.450,00
- 
33. Um capital aplicado sob o regime de capitalização composta, durante 1 semestre, apresentou, no final deste prazo, um total de juros de R\$ 580,00. Caso esse capital fosse aplicado sob o regime de capitalização composta, durante 1 ano, apresentaria no final deste prazo um total de juros de R\$ 1.183,20. Sabe-se que em ambos os casos considerou-se a taxa de  $i$  ao semestre ( $i > 0$ ). Um outro capital, no valor de R\$ 15.000,00, aplicado, durante 1 ano, sob o regime de capitalização composta a uma taxa de  $i$  ao semestre, apresentará no final deste prazo um montante de
- (A) R\$ 16.242,00  
(B) R\$ 16.200,00  
(C) R\$ 16.212,00  
(D) R\$ 16.224,00  
(E) R\$ 16.236,00
- 
34. Sabe-se que um capital é aplicado, durante 2 meses e 12 dias, à taxa de juros compostos de 2% ao mês. Utilizando a convenção linear, obteve-se que, no final do prazo de aplicação, o valor dos juros simples correspondente ao período de 12 dias foi igual a R\$ 104,04. Este mesmo capital, aplicado durante 2 bimestres, a uma taxa de juros compostos de 4% ao bimestre, apresentará no final do período um total de juros igual a
- (A) R\$ 877,20  
(B) R\$ 1.020,00  
(C) R\$ 959,60  
(D) R\$ 938,40  
(E) R\$ 897,60
- 
35. Um investidor aplica um capital no valor de R\$ 12.000,00 durante 1 ano e resgata todo o montante no final deste prazo. Ele verifica que a taxa de inflação do período de aplicação foi de 8% e a respectiva taxa de juros real da aplicação foi de 2,5%. Isto significa que o investidor resgatou um montante no valor de
- (A) R\$ 13.284,00  
(B) R\$ 12.660,00  
(C) R\$ 12.830,00  
(D) R\$ 13.000,00  
(E) R\$ 13.260,00
- 
36. Uma dívida deverá ser quitada por meio de 3 prestações anuais e consecutivas. O valor da primeira prestação, que vence daqui a 1 ano, é igual a R\$ 9.240,00, o da segunda é R\$ 12.705,00 e o da terceira é R\$ 16.770,60. Utilizando o critério do desconto racional composto, a uma taxa de 10% ao ano, esta dívida poderá ser quitada por meio de duas prestações de valores iguais, vencíveis a primeira daqui a 1 ano e a segunda daqui a 2 anos. O valor de cada prestação, nesta segunda opção, é
- (A) R\$ 15.750,00  
(B) R\$ 18.150,00  
(C) R\$ 17.325,00  
(D) R\$ 16.500,00  
(E) R\$ 16.125,00
- 
37. Uma instituição de ensino receberá R\$ 10.000,00 por ano, como uma doação à perpetuidade. Considerando os juros efetivos de 12,5% ao ano, então o valor atual desta doação será igual a
- (A) R\$ 90.000,00 caso a doação seja antecipada.  
(B) R\$ 77.500,00 caso a doação seja postecipada.  
(C) R\$ 80.000,00 caso a doação seja antecipada.  
(D) R\$ 82.500,00 caso a doação seja postecipada.  
(E) R\$ 87.500,00 caso a doação seja antecipada.



38. Carlos obtém de um banco um empréstimo para adquirir um imóvel. O empréstimo deverá ser liquidado por meio de 60 prestações mensais e consecutivas e com a utilização do Sistema de Amortização Constante (SAC), vencendo a primeira prestação 1 mês após a data da concessão do empréstimo. Se os valores da primeira prestação e da última são iguais a R\$ 4.000,00 e R\$ 2.525,00, respectivamente, então o valor da 30ª prestação é igual a
- (A) R\$ 3.350,00
  - (B) R\$ 3.250,00
  - (C) R\$ 3.275,00
  - (D) R\$ 3.300,00
  - (E) R\$ 3.325,00

**Instruções:** Para resolver às questões de números 39 e 40 considere as informações a seguir:

A tabela abaixo corresponde a uma taxa de juros compostos de 2% ao mês para ser utilizada em um empréstimo no valor de R\$ 100.000,00, que deverá ser quitado por meio de 48 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira prestação 1 mês após a data da concessão do empréstimo. Considere também que deve ser utilizado o Sistema Francês de amortização com uma taxa de juros compostos de 2% ao mês.

Tabela					
n	12	24	36	48	60
FAC (U)	1,26824	1,60844	2,03989	2,58707	3,28103
FAC (S)	13,41209	30,42186	51,99437	79,35352	114,05154
FRC	0,09456	0,05287	0,03923	0,03260	0,02877

Observação:  $FAC (U) = (1,02)^n$ ;  $FAC (S) = \frac{(1,02)^n - 1}{0,02}$ ;  $FRC = \frac{(1,02)^n \times 0,02}{(1,02)^n - 1}$

sendo que n corresponde ao número de meses, FAC (U) corresponde ao fator de acumulação de capital para um pagamento único, FAC (S) corresponde ao fator de acumulação de capital para uma série de pagamentos iguais e FRC corresponde ao fator de recuperação de capital.

39. O valor da cota de amortização incluída no valor da 2ª prestação é igual a
- (A) R\$ 1.974,80
  - (B) R\$ 1.260,00
  - (C) R\$ 1.272,60
  - (D) R\$ 1.285,20
  - (E) R\$ 1.630,00
- 
40. Em 15/10/2013, imediatamente após quitar a 12ª prestação, o devedor conseguiu renegociar a dívida pagando o correspondente saldo devedor com 10% de desconto em 15/10/2013. O valor deste pagamento (P), em reais, é tal que
- (A)  $P > 75.000$
  - (B)  $P \leq 72.000$
  - (C)  $72.000 < P \leq 73.000$
  - (D)  $73.000 < P \leq 74.000$
  - (E)  $74.000 < P \leq 75.000$

**Estatística**

41. O Departamento de Pessoal de certo órgão público fez um levantamento dos salários, em número de salários mínimos (SM), dos seus 400 funcionários, obtendo os seguintes resultados:

Salários (em número de SM)	Frequência absoluta
4 — 6	48
6 — 8	100
8 — 10	x
10 — 12	y
12 — 16	40
Total	400

Sabe-se que a mediana dos salários desses funcionários calculada por meio dessa tabela pelo método da interpolação linear é igual a 8,8 SM. Nessas condições, o salário médio desses 400 funcionários, em número de salários mínimos, considerando que todos os valores incluídos em um intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio do intervalo, é igual a

- (A) 8,72
- (B) 8,54
- (C) 8,83
- (D) 8,62
- (E) 8,93



42. Um lote de determinado artigo é formado por 8 bons e 4 defeituosos. Desse lote, é extraída uma amostra aleatória, sem reposição, de 3 artigos. A probabilidade dessa amostra conter no máximo um artigo bom é

- (A)  $\frac{13}{100}$   
 (B)  $\frac{13}{55}$   
 (C)  $\frac{7}{55}$   
 (D)  $\frac{9}{110}$   
 (E)  $\frac{9}{55}$

43. Sabe-se que:

- I. X é uma variável aleatória com distribuição binomial com média  $2p$  e variância  $(2p-2p^2)$ .  
 II. Y é uma variável aleatória com distribuição binomial com média  $5p$  e variância  $(5p-5p^2)$ .  
 III. A probabilidade de X ser inferior a 2 é igual a  $15/16$ .

Nessas condições, a probabilidade de Y ser superior a 3 é igual a

- (A)  $\frac{3}{1.024}$   
 (B)  $\frac{1}{64}$   
 (C)  $\frac{5}{512}$   
 (D)  $\frac{15}{1.024}$   
 (E)  $\frac{7}{512}$

44. O número de atendimentos, via internet, realizados pela Central de Atendimento Fazendário (CAF) segue uma distribuição de Poisson com média de 12 atendimentos por hora. A probabilidade dessa CAF realizar pelo menos 3 atendimentos em um período de 20 minutos é

- (A) 0,594  
 (B) 0,910  
 (C) 0,766  
 (D) 0,628  
 (E) 0,750

Dados:

$$e^{-2} = 0,14; e^{-4} = 0,018$$

45. Considere o modelo  $y_i = \alpha + \beta x_i + \varepsilon_i$ ,  $i = 1, 2, 3, \dots$  onde:

- I.  $y_i$  e  $x_i$  representam, respectivamente, o tempo de reação a certo estímulo, em segundos, e a idade, em anos, do indivíduo  $i$ .  
 II.  $\alpha$  e  $\beta$  representam os parâmetros desconhecidos do modelo.  
 III.  $\varepsilon_i$  representa o erro aleatório com as respectivas hipóteses para a regressão linear simples.  
 IV. As estimativas de  $\alpha$  e  $\beta$  foram obtidas pelo método de mínimos quadrados por meio de 10 observações, utilizando-se as seguintes informações:

$$\sum_{i=1}^{10} y_i = 1020; \quad \sum_{i=1}^{10} x_i = 300; \quad \sum_{i=1}^{10} x_i y_i = 40200; \quad \sum_{i=1}^{10} x_i^2 = 13000; \quad \sum_{i=1}^{10} y_i^2 = 128000;$$

$$\bar{x} = 30; \quad \bar{y} = 102; \quad \bar{x}^2 = 900; \quad \bar{y}^2 = 10404.$$

Nessas condições, a soma de quadrados residuais do modelo é igual a

- (A) 785  
 (B) 810  
 (C) 515  
 (D) 920  
 (E) 460



Instruções: Para responder às questões de números 46 a 48, considere as informações a seguir:

Se  $Z$  tem distribuição normal padrão, então:

$$\begin{array}{lll} P(Z < 0,8) = 0,788; & P(Z < 1,25) = 0,894; & P(Z < 1,4) = 0,92; \\ P(Z < 1,64) = 0,95; & P(Z < 1,96) = 0,975; & P(Z < 2) = 0,977 \end{array}$$

46. O tempo necessário para o atendimento de uma pessoa em um guichê de uma repartição pública tem distribuição normal com média  $\mu = 140$  segundos e desvio padrão  $\sigma = 50$  segundos. A probabilidade de que um indivíduo, aleatoriamente selecionado, espere entre 3 e 4 minutos para ser atendido é
- (A) 0,765  
(B) 0,632  
(C) 0,235  
(D) 0,189  
(E) 0,678
- 
47. Uma população infinita tem desvio padrão igual a 10 e média  $\mu$  desconhecida. Uma amostra aleatória com reposição de tamanho  $n$  foi selecionada dessa população. Sabe-se que:
- I. O valor de  $n$  deve ser tal que, com probabilidade 16%, o erro em se estimar  $\mu$  seja superior a 1.  
II. Se  $\bar{x}$  é o valor da média amostral da amostra selecionada, então  $\bar{x} = 40,7$ .
- Baseado na amostra de tamanho  $n$  e nas condições I e II acima, um intervalo de confiança para  $\mu$  com coeficiente de confiança de 95% é dado por
- (A) [39,3 ; 42,1]  
(B) [39,5 ; 41,9]  
(C) [39,7 ; 41,7]  
(D) [39,9 ; 41,5]  
(E) [38,7 ; 42,7]
- 
48. Seja  $p$  a probabilidade de ocorrer cara quando se lança uma determinada moeda. Com base em 100 lançamentos da moeda, deseja-se testar a hipótese de que a moeda é não viciada ( $p = 0,5$ ) contra a alternativa de que  $p = 0,8$ . Com base na variável aleatória  $\hat{p}$  que representa a proporção de caras em 100 lançamentos, estabeleceu-se para o teste a seguinte região crítica (RC):  $RC = \{\hat{p} \geq 0,75\}$ . Sendo  $\beta$  a probabilidade do erro do tipo II, e admitindo-se a aproximação à normal para a distribuição de  $\hat{p}$ , o valor de  $\beta$  é
- (A) 0,150  
(B) 0,250  
(C) 0,106  
(D) 0,053  
(E) 0,125

### Raciocínio Lógico

49. A seguinte sequência numérica obedece, a partir do segundo número, a uma determinada lei de formação
- $$6, 42, 114, 222, 366, \dots$$

O sexto termo dessa sequência é

- (A) 600  
(B) 510  
(C) 546  
(D) 564  
(E) 582
- 
50. Em um clube com 440 associados ocorre uma eleição para presidente, em que os dois primeiros colocados, entre 6 candidatos, passam para um segundo turno. Se, no primeiro turno, todos os 440 associados votam, cada um, em apenas um dos candidatos, então o número mínimo de votos que assegura a um determinado candidato a sua participação no segundo turno é
- (A) 221  
(B) 147  
(C) 89  
(D) 111  
(E) 74



51. Um indivíduo ser contador é condição suficiente para ele ter condições de trabalhar no ramo de Auditoria. Assim sendo,
- (A) os indivíduos que têm condições de trabalhar no ramo de Auditoria sempre são contadores.
  - (B) todos que têm condições de trabalhar no ramo de Auditoria são contadores.
  - (C) é possível que alguns contadores não tenham condições de trabalhar no ramo de Auditoria.
  - (D) um indivíduo que não tem condições de trabalhar no ramo de Auditoria nunca é contador.
  - (E) a maioria dos indivíduos que tem condições de trabalhar no ramo de Auditoria são contadores.
- 
52. Dona Araci participa de um programa de auditório que oferece prêmios. Três prêmios serão entregues a quem acertar quais objetos valiosos estão ocultos em três baús, enumerados de 1 a 3 e posicionados lado a lado nesta ordem. Os prêmios são: um anel de brilhantes, uma barra de ouro e uma tiara de esmeraldas. Ao lado de cada um dos baús há uma pista escrita em um cartão. Dona Araci leu as três pistas. Pelas regras do programa, Dona Araci ganhará os três prêmios se descobrir em qual baú cada prêmio se encontra. As pistas dizem o seguinte:
- Baú 1 – Pista número 1: “O anel de brilhantes está no baú 3”.
- Baú 2 – Pista número 2: “A barra de ouro está no baú de número 1.
- Baú 3 – Pista número 3: “O anel de brilhantes está aqui”.
- Dona Araci foi avisada pelo apresentador do programa que a afirmação escrita na pista associada ao baú que guarda o anel de brilhantes tanto pode ser verdadeira quanto falsa, que a informação contida na pista relativa ao baú que contém a barra de ouro é falsa e que a informação contida na pista relativa ao baú que contém a tiara de esmeraldas é verdadeira. Com estes elementos, Dona Araci levará os três prêmios se disser que os prêmios que se encontram, respectivamente, nos baús 1, 2 e 3 são:
- (A) anel de brilhantes, barra de ouro e tiara de esmeraldas.
  - (B) barra de ouro, tiara de esmeraldas e anel de brilhantes.
  - (C) anel de brilhantes, tiara de esmeraldas e barra de ouro.
  - (D) tiara de esmeraldas, barra de ouro e anel de brilhantes.
  - (E) tiara de esmeraldas, anel de brilhantes e barra de ouro.
- 
53. Suponha que sejam verdadeiras as seguintes informações:
- I. Todos os empregados da empresa Alfa são competentes.
  - II. Mário não trabalha na empresa Alfa.
  - III. André é competente.
  - IV. Alguns empregados da empresa Alfa são estudantes.
- Então, é correto afirmar que
- (A) todos os estudantes são competentes.
  - (B) existe pelo menos um estudante que é competente.
  - (C) André trabalha na empresa Alfa.
  - (D) Mário não é competente.
  - (E) existe pelo menos um estudante que não trabalha na empresa Alfa.
- 
54. Em uma grande empresa, 50% dos empregados são assinantes da revista **X**, 40% são assinantes da revista **Y** e 60% são assinantes da revista **Z**. Sabe-se que 20% dos empregados assinam as revistas **X** e **Y**, 30% assinam as revistas **X** e **Z**, 20% assinam as revistas **Y** e **Z** e 10% não assinam nenhuma das revistas. Considerando que existam somente as revistas **X**, **Y** e **Z**, obtém-se que a porcentagem dos empregados que assinam mais que uma revista é igual a
- (A) 80%.
  - (B) 40%.
  - (C) 60%.
  - (D) 50%.
  - (E) 70%.

#### Direito Tributário, Legislação Tributária e Legislação das Receitas não Tributárias

– **Siglas Utilizadas:**

CTN – Código Tributário Nacional.

ITD – Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Qualquer Bem ou Direito.

ITCMD – Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Qualquer Bem ou Direito.

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária.

55. Com base em convênio específico para esse fim, firmado entre a União Federal e o Estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Fazenda passou a comunicar a esta unidade federada, anualmente, a partir de 2013, inclusive, os valores que os contribuintes do Imposto de Renda, domiciliados no Estado do Rio de Janeiro, informaram, no campo denominado "TRANSFERÊNCIAS PATRIMONIAIS – DOAÇÕES E HERANÇAS", e que pudessem ser de interesse ao Estado fluminense, na identificação de potenciais doações sujeitas à incidência do ITD a favor desse Estado.

Com base nesse convênio, o Governador do Estado editou decreto criando as principais regras reguladoras da fiscalização desse imposto, as quais deveriam ser observadas nesse tipo de fiscalização. Além disso, o setor específico da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à fiscalização de contribuintes estaduais fluminenses, criou novas regras, complementares e específicas, para regular esse tipo de fiscalização, envolvendo um grande contingente de pessoas naturais.

Considerando o disposto no CTN e a situação hipotética apresentada, o fornecimento dessas informações pelo Ministério da Fazenda à Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro

- (A) não é permitido, em hipótese alguma, pois as informações prestadas pelo contribuinte do Imposto de Renda estão protegidas pelo sigilo fiscal, não podendo ser utilizadas nem mesmo por outras pessoas jurídicas de direito público, em decorrência de convênios, excetuados os casos em que houver ordem judicial expressa e específica para que elas sejam fornecidas.
- (B) é permitido, com base em convênio firmado entre os dois órgãos, podendo, ainda, o Governador e as autoridades administrativas da Secretaria de Fazenda do referido Estado, criar normas específicas para a fiscalização do ITD, pois essas regras reguladoras da fiscalização podem ser criadas por qualquer norma da administração tributária.
- (C) só poderia ser promovido com base em norma expressa de lei complementar federal, mas tanto o Governador, como as autoridades administrativas da Secretaria de Fazenda desse Estado podem criar normas específicas para a fiscalização do ITD.
- (D) só seria permitido com base em norma expressa de lei complementar federal, sendo, ainda, que, nem o Governador, nem as autoridades administrativas da Secretaria de Fazenda desse Estado poderiam criar normas específicas para a fiscalização do ITD, pois essas normas reguladoras da fiscalização devem ser criadas por lei ordinária.
- (E) é permitido, com base no convênio firmado, podendo o Governador do Estado do Rio de Janeiro criar essas regras reguladoras da fiscalização, por decreto, sendo vedada, porém, sua criação por normas de hierarquia inferior à de decreto, editadas por autoridades administrativas da Secretaria de Fazenda daquele Estado.

56. Oscar, Auditor Fiscal da Receita Estadual, deu início aos seus trabalhos de fiscalização, na empresa "Super Atacadão de Roupas Finas Ltda.", e intimou o sócio gerente da empresa, Sr. Cláudio, a lhe exibir diversos livros e documentos necessários à realização dessa fiscalização, no que foi atendido.

O exame dessa documentação, todavia, não revelou a Oscar qualquer irregularidade relacionada à legislação do ICMS.

Antes de concluir seus trabalhos fiscais, porém, Oscar, suspeitando da existência de possíveis irregularidades e sabendo que o Sr. Cláudio era religioso e considerava pecado a sonegação de impostos, decidiu intimar, por escrito, o sacerdote confessor do Sr. Cláudio, para que ele lhe informasse conteúdos da confissão que pudessem eventualmente constituir prova de prática de infração à legislação do ICMS do Estado do Rio de Janeiro.

Essa notificação foi baseada no art. 197 do CTN, cujo *caput* estabelece a obrigatoriedade de determinadas pessoas, mediante intimação escrita, prestarem à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.

O referido sacerdote, em resposta fundamentada no acordo que o Brasil e a Santa Sé firmaram na cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, fundamentada, também, no Decreto Legislativo nº 698, de 7 de outubro de 2009, que aprovou esse acordo no Brasil e, ainda, no Decreto Federal nº 7.107/2010, que determina o cumprimento desse acordo, que tem força de lei no território nacional, negou-se a prestar a informação solicitada pelo Auditor Oscar, invocando o que estabelece o art. 13 do referido acordo, cujo teor é o seguinte: *é garantido o segredo do ofício sacerdotal, especialmente o da confissão sacramental.*

Nesse caso, com base no que estabelece o CTN, o sacerdote agiu em

- (A) desconformidade com o CTN, pois a obrigação de prestar informações solicitadas pelo fisco abrange, inclusive, as informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, desde que essas informações sejam utilizadas exclusivamente para fins civis e tributários, mas não penais.
- (B) desconformidade com o CTN, pois a obrigação de prestar informações solicitadas pelo fisco abrange, inclusive, as informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, desde que essas informações sejam utilizadas para fins tributários, mas não penais.
- (C) desconformidade com o CTN, pois a obrigação de prestar informações solicitadas pelo fisco abrange, inclusive, as informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, pois o fisco também deve observar o sigilo dessas informações.
- (D) conformidade com o CTN, pois eles não estão sujeitos à jurisdição tributária brasileira, em razão de estarem submetidos diretamente à Santa Sé, que os jurisdiciona, em matéria de direito civil, penal e tributário.
- (E) conformidade com o CTN, pois a obrigação de prestar informações solicitadas pelo fisco não abrange informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, como é o caso deste sacerdote.



57. Com a aproximação das datas em que serão realizados os Jogos Olímpicos e os Jogos da Copa do Mundo, na cidade do Rio de Janeiro, o governo fluminense tomou a decisão de incrementar a fiscalização dos estabelecimentos hoteleiros e congêneres do Estado, a fim de lhes imprimir uma qualidade de nível internacional, mesmo quando se tratar de pequenos estabelecimentos.

Para realizar esse intento, seriam necessários aportes de recursos novos, com o fito de custear essas atividades estatais. Em razão disso, um deputado estadual propôs que se alterassem os valores das taxas de segurança cobradas pelo Estado.

O referido deputado, depois de constatar que o valor das diárias de um hotel, ou de um estabelecimento congêner, não mantinha relação direta com o porte desse hotel, nem com a quantidade de quartos/apartamentos que ele possui, nem com o capital social dessa empresa hoteleira, considerou possível e viável promover uma alteração drástica no correspondente item da tabela de valores das taxas estaduais.

Desse modo, com a finalidade de adequar a cobrança da taxa à capacidade contributiva do contribuinte, o referido deputado decidiu apresentar projeto de lei para alterar a maneira como essa taxa seria cobrada. De acordo com seu projeto, o valor anual dessa taxa, em relação aos hotéis e congêneres, passaria a ser calculado mediante a aplicação da alíquota de 0,1% sobre o capital social da empresa hoteleira ou da empresa congêner.

No tocante especificamente aos motéis, visando, ainda, alcançar o objetivo de adequar a cobrança da taxa à capacidade contributiva do contribuinte, essa taxa passaria a ser calculada mediante a aplicação de uma alíquota de 10% sobre a mesma base de cálculo utilizada para cálculo do ISSQN devido ao município de localização do estabelecimento contribuinte.

Com base nas informações apresentadas e no que dispõe o CTN a esse respeito, considere:

- I. O projeto de lei em questão não merece prosperar, em relação aos hotéis e congêneres, pois as taxas não podem ser calculadas em função do capital das empresas.
- II. O projeto de lei em questão merece prosperar, em relação aos hotéis e congêneres, pois os tributos devem ser graduados com base na capacidade econômica do contribuinte (capacidade contributiva).
- III. A capacidade econômica do contribuinte (capacidade contributiva) é relevante para a graduação do valor dos tributos a serem cobrados do sujeito passivo.
- IV. O projeto de lei em questão não merece prosperar, em relação aos motéis, pois as taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos, nem idênticas às que correspondam à base de cálculo de impostos.
- V. O projeto de lei em questão merece prosperar, em relação aos motéis, pois, quando as taxas vierem a ter base de cálculo própria de impostos, os impostos deverão deixar de ser cobrados, para que as taxas possam sê-lo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) IV e V.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e V.

58. O Estado do Rio de Janeiro decidiu realizar obras públicas para conter as enchentes que assolavam um determinado município hipotético de seu território. Essas obras consistiam em elevar as margens do rio que banhava esse município e incluíam, em decorrência disso, a abertura de vias públicas largas e modernas, recuperação da região degradada e, inclusive, a realização de obras de paisagismo.

As obras públicas a serem realizadas foram orçadas em R\$ 250.000,00, valor esse a ser integralmente financiado por contribuição de melhoria.

Estudos efetuados demonstraram que a zona a ser beneficiada pelas obras abrangeria cinco imóveis da região, sendo que a valorização média esperada desses imóveis seria de 20%.

Com base nisso, o Estado promoveu o lançamento da contribuição de melhoria, cobrando, de cada um dos cinco imóveis localizados na região beneficiada, contribuição de melhoria equivalente a 20% do valor do imóvel, resultando na seguinte situação:

Imóvel	Valia (R\$)	Contribuição de Melhoria Cobrada (R\$)	Valorização efetiva, constatada em razão da obra
I	100.000,00	20.000,00	não teve valorização alguma
II	200.000,00	40.000,00	passou a valer 220.000,00
III	300.000,00	60.000,00	passou a valer 345.000,00
IV	400.000,00	80.000,00	passou a valer 480.000,00
V	500.000,00	100.000,00	passou a valer 625.000,00

Considerando as informações acima, é correto afirmar:

- (A) Considerando que a valorização do imóvel V (R\$ 125.000,00) é equivalente a 46,29% da soma total das valorizações individuais de cada imóvel (R\$ 270.000,00), o Estado poderá aplicar esse índice de 46,29%, sobre o valor do imóvel antes da sua valorização, para fins de cálculo do valor da contribuição de melhoria por ele devida.
- (B) Todos os cinco imóveis deveriam pagar contribuição de melhoria, pois as obras realizadas trouxeram vários tipos de benefícios à região, como, por exemplo, o fim das enchentes e o embelezamento da área.
- (C) O Estado poderá cobrar contribuição de melhoria de todos os imóveis que se valorizaram em decorrência da obra em questão, tendo como único valor máximo limite, para essa cobrança, o montante equivalente à valorização que cada imóvel sofreu em decorrência das obras realizadas.
- (D) Embora os imóveis valorizados em decorrência da obra em questão tenham tido uma valorização média de 20%, o Estado poderá cobrar, de todos eles, linearmente, contribuição de melhoria calculada com base na aplicação do percentual de 18% sobre o valor do imóvel antes da realização da obra.
- (E) Se o fator individual de valorização do imóvel II, apurado com base na legislação própria, fosse igual a 0,074 (ou 7,4%), a contribuição de melhoria relativa a esse imóvel poderia ser determinada e, posteriormente, lançada e cobrada, mediante o rateio do custo total da obra por esse fator individual de valorização.



59. Considere as cinco situações abaixo:

- I. O ajuizamento de ação de cobrança de um crédito tributário do ITD foi feito depois de transcorridos sete anos da data em que a Fazenda Pública Estadual fluminense passou a poder exigí-lo.
- II. Um determinado contribuinte do IPVA fluminense importou veículo automotor da Alemanha, para seu próprio uso, na qualidade de consumidor desse veículo. Para não ter de pagar o IPVA por ocasião do desembarço aduaneiro, contratou advogado que impetrou mandado de segurança, no bojo do qual foi concedida medida liminar autorizando esse contribuinte a deixar de pagar o referido imposto, no momento do fato gerador.
- III. Um contribuinte do ICMS fluminense recebeu auto de infração por ter deixado de emitir documento fiscal em operação de venda de mercadoria a outro contribuinte. Devidamente notificado dessa lavratura, apresentou sua impugnação no prazo legal.
- IV. A decisão final, favorável ao sujeito passivo, no processo administrativo tributário acima mencionado, foi definitiva na instância administrativa, tornando-se irreformável nessa esfera, não podendo nem mesmo ser objeto de ação anulatória.
- V. Um contribuinte do ITD fluminense recebeu vultosa herança, que lhe foi deixada pelo seu tio. Como não tinha recursos para pagar o ITD de uma única vez, solicitou e obteve parcelamento do débito fiscal.

De acordo com o CTN, no que se refere ao crédito tributário, as situações apresentadas estão correlacionadas corretamente em:

Crédito Tributário			
	Suspensão da exigibilidade	Extinção	Exclusão
A	II, III e V	I e IV	–
B	I, III e IV	II	V
C	III	IV	I, II e V
D	II e IV	I e V	III
E	I, II e V	IV	III

60. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, o IPVA é tributo de competência estadual e 50% de sua receita deve ser repassada aos municípios, observados os critérios constitucionais para isso.

Nesse sentido, considere:

- I. As atribuições do Estado do Rio de Janeiro para arrecadar o crédito tributário do IPVA e para fiscalizá-lo são delegáveis aos municípios fluminenses, relativamente aos veículos neles licenciados.
- II. A competência do Estado do Rio de Janeiro para instituir o IPVA é delegável aos municípios fluminenses, em cujos territórios os proprietários de veículos tenham seus domicílios.
- III. Caso o Estado do Rio de Janeiro decida por não exercer sua competência tributária, tal fato só deferirá essa competência aos municípios fluminenses que tiverem veículos licenciados em seus territórios.
- IV. O Estado do Rio de Janeiro tem competência legislativa plena, em relação ao IPVA, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal e na Constituição Estadual Fluminense.
- V. O fato de os municípios fluminenses terem direito a receber 50% da receita do IPVA não retira a competência do Estado do Rio de Janeiro para legislar sobre esse imposto, mas permite o compartilhamento da atividade legislativa, em relação às obrigações tributárias acessórias.

Com base no CTN, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV e V.
- (B) I e II.
- (C) III e V.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.





61. Pedrus, solteiro, trabalhou sua vida toda e amealhou um pequeno patrimônio: uma casa, um carro e algum dinheiro, que ficou depositado no banco.

Como não tinha herdeiros necessários, fez um testamento público, por meio do qual deixou seu patrimônio a sua irmã Benedita, também solteira, que herdou todos esses bens, quando Pedrus faleceu.

Durante alguns anos, Benedita usufruiu desse patrimônio. Com o passar dos anos, ela adoeceu, foi internada e, com suas faculdades mentais seriamente comprometidas, deixou de ter condições de gerir sua vida e seus próprios negócios, motivo pelo qual sua irmã, Alice, acabou pedindo sua interdição, que foi concedida pelo juízo de direito competente. Sua irmã Alice acabou tornando-se sua curadora, passando a administrar os negócios de Benedita.

No início do ano subsequente ao da interdição de Benedita, ocorreu o fato gerador do IPTU, referente ao imóvel herdado, e do IPVA, referente ao carro recebido em herança.

Instada a liquidar o crédito tributário referente a esses impostos, Alice, irmã e curadora de Benedita, negou-se a fazê-lo, alegando que Benedita teve sua *incapacidade civil* decretada por juiz de direito e que, em razão disso, não tinha mais capacidade para ser contribuinte desses impostos.

Considerando o que o CTN estabelece em relação à capacidade tributária, a alegação de Alice está

- (A) correta, pois capacidade tributária ativa independe da capacidade civil das pessoas naturais.
- (B) correta, pois, se Benedita não pode administrar seus bens, ela não tem capacidade tributária ativa para ser contribuinte desses impostos.
- (C) incorreta, pois a capacidade tributária passiva independe de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis.
- (D) incorreta, pois, na medida em que a capacidade tributária passiva depende da própria capacidade civil, enquanto um terceiro interessado puder recorrer da interdição de Benedita, sua capacidade não pode ser contestada.
- (E) incorreta, pois, na medida em que a interdição retirou sua capacidade tributária passiva, ela adquiriu, em decorrência disso, capacidade ativa para ser contribuinte desses tributos.

62. O exame do histórico tributário de uma determinada empresa, fabricante de produtos voltados para a alimentação infantil, revelou a existência das seguintes ocorrências:

- I. em 2008, fez o parcelamento, em 60 meses, do valor reclamado em auto de infração, lavrado pelo fisco fluminense. Até a presente data, as parcelas têm sido pagas corretas e pontualmente;
- II. em 2009, o Estado do Rio de Janeiro ajuizou uma ação de execução fiscal contra ela, que acabou sendo objeto de embargos, depois de a empresa ter efetuado, no prazo legal, o depósito integral da importância reclamada na execução. O referido depósito não foi levantado, nem convertido em renda, e ainda não há decisão transitada em julgado nesse processo;
- III. em 2010, para poder importar mercadorias do exterior, sem a incidência do ICMS, esse contribuinte fluminense impetrou mandado de segurança, no bojo do qual foi concedida medida liminar para que o desembaraço aduaneiro fosse feito sem a exigência do ICMS. Essa liminar foi revogada em 2010 e, ao final do processo, o contribuinte restou vencido. Pagou a totalidade do crédito tributário reclamado em 2011;
- IV. em 2011, a autuada deixou de pagar impostos federais, que estão sendo objeto de execução fiscal, sem que tenha havido depósito da quantia questionada, nem oferecimento de bens à penhora;
- V. em 2012, a fiscalização fluminense lavrou auto de infração contra essa empresa, que foi objeto de impugnação no prazo legal. Esse auto de infração teve resultado favorável à Fazenda Pública estadual, em seu primeiro julgamento, mas ainda pende de julgamento de recurso interposto pelo contribuinte. Ainda nesse ano, a Fazenda Pública fluminense ajuizou outro executivo fiscal, relativo a crédito tributário decorrente de falta de pagamento do ICMS, sendo que, desta vez, a empresa em questão não efetuou o depósito integral da quantia pleiteada. Ao invés disso, ofereceu bens à penhora, suficientes para cobrir o crédito tributário exigido, motivo pelo qual a penhora foi efetivada.

No início de 2013, essa empresa decidiu participar de concorrência pública para fornecer seus produtos a creches e escolas da rede estadual fluminense. Um dos requisitos a ser cumprido pelas empresas concorrentes, era a apresentação de prova de quitação de todos os tributos estaduais, até a data da abertura da inscrição para participação nessa concorrência, que ocorreu no dia 05 de abril de 2013.

Para tanto, a empresa apresentou, no órgão público fluminense competente, requerimento solicitando a expedição de certidão negativa dos tributos estaduais.

Nesse caso hipotético, com base no CTN, o órgão estadual competente para o fornecimento dessa certidão

- (A) não a expedirá, pois os tributos devidos ainda não estão quitados.
- (B) expedirá certidão positiva, com efeito de positiva, pois a penhora não permite que a certidão tenha efeito de negativa.
- (C) expedirá certidão negativa, com efeito de negativa.
- (D) expedirá certidão positiva, com efeito de negativa.
- (E) expedirá certidão negativa, com efeito de positiva.



63. A empresa Campos dos Goitacazes Refrigerantes S.A., grande fabricante de refrigerantes no Estado do Rio de Janeiro, foi fiscalizada entre os meses de março e junho de 2005, pelos auditores fiscais Rodrigo da Silva e Renatus de Oliveira.
- Para poder realizar seus trabalhos conforme determinado, esses auditores tiveram, além de examinar os dados econômico-financeiros da empresa, de obter informações sigilosas e secretas, tais como a fórmula para a fabricação dos refrigerantes e a relação dos insumos utilizados na sua elaboração.
- As informações relacionadas com as empresas fornecedoras das matérias-primas e com as próprias matérias-primas sempre foram guardadas sob sigilo extremo.
- Notificadas a exibir livros e documentos relacionados com essas operações e a prestar as informações solicitadas pelo fisco, inclusive as de caráter sigiloso, a empresa Campos dos Goitacazes Refrigerantes S.A. prestou-as conforme solicitado.
- Em setembro de 2012, ou seja, sete anos depois de concluída essa fiscalização, a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, em periódico informativo oficial, distribuído aos seus funcionários e ao público em geral, publicou reportagem a respeito das mercadorias que constituíam matéria-prima para a elaboração dos refrigerantes fabricados pela empresa em questão, no qual, além de citar nominalmente a empresa Campos dos Goitacazes Refrigerantes S.A., fez referência expressa aos seus fornecedores, aos seus clientes e a uma série de informações relacionadas com as mercadorias por eles comercializadas, tornando público, inclusive, o conteúdo da fórmula de alguns dos refrigerantes mais vendidos pela empresa, a matéria-prima utilizada, os nomes dos fornecedores, a situação econômica desses fornecedores e muitos outros dados sigilosos dessas empresas.
- O conteúdo dessa reportagem caiu rapidamente em domínio público e os auditores fiscais que fizeram a fiscalização, na qual essas informações foram obtidas, deram entrevista a uma revista de grande circulação nacional, que elaborou uma reportagem especial sobre a empresa Campos dos Goitacazes Refrigerantes S.A., suas maiores fornecedoras e suas maiores clientes, abrangendo tanto suas atividades e seus negócios em âmbito nacional, como sua situação financeira e econômica.
- A reportagem identificou, no histórico fiscal de uma das fornecedoras da empresa mencionada, a existência de representações fiscais para fins penais que existiam em nome de seus sócios, bem como a relação dos seus créditos tributários, que se encontravam inscritos em dívida ativa do Estado.
- Depois dessa reportagem, as ações da empresa Campos dos Goitacazes Refrigerantes S.A. e de suas clientes e fornecedoras despencaram nas bolsas de valores nacionais.
- Com base no CTN, nessa situação hipotética, o dever de sigilo
- (A) não foi violado, nem pela Fazenda Pública, nem pelos seus servidores, em nenhuma das situações apresentadas, porque, quando essas informações foram tornadas públicas, já haviam decorrido mais de cinco anos entre a data em que foi realizada a fiscalização e a data de divulgação das informações, lapso de tempo este que é superior ao do quinquênio decadencial.
  - (B) foi violado, quando a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, por meio de seu periódico, tornou público o conteúdo da fórmula e da matéria-prima relacionadas com a fabricação de alguns dos refrigerantes mais vendidos pela empresa Campos dos Goitacazes Refrigerantes S.A., mesmo que essa publicidade não tenha sido dada pelos auditores fiscais que a fiscalizaram.
  - (C) não foi violado, quando os auditores fiscais prestaram informações para que a revista de grande circulação nacional elaborasse a reportagem em que foram publicadas, especificamente, informações sigilosas sobre a situação financeira e econômica das maiores clientes e das maiores fornecedoras da empresa Campos dos Goitacazes Refrigerantes S.A., pois essas empresas não foram fiscalizadas por eles.
  - (D) não foi violado, quando o periódico informativo da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro publicou reportagem dando a conhecer informação sigilosa, relacionada com as matérias-primas utilizadas pela empresa Campos dos Goitacazes Refrigerantes S.A. para a fabricação de refrigerantes, porque o dever de sigilo não é da pessoa jurídica de direito público, mas de seus servidores.
  - (E) foi violado, quando, relativamente a uma das fornecedoras da empresa fiscalizada, os auditores fiscais prestaram informações especificamente relacionadas com as representações fiscais para fins penais que existiam em nome de seus sócios, e com a relação de seus créditos tributários inscritos em dívida ativa do Estado fluminense.
- 
64. Relativamente aos tributos estaduais que podem ser instituídos pelo Estado do Rio de Janeiro, NÃO está sujeito ao princípio da anterioridade nonagesimal, também chamada de princípio da “noventena”,
- (A) o aumento da alíquota do ITD, nas doações de bens localizados no exterior.
  - (B) a fixação da base de cálculo e da alíquota do IPVA.
  - (C) a majoração da alíquota do ICMS, relativamente às prestações de serviços de comunicação, quando esse imposto tiver de ser retido antecipadamente, por substituição tributária.
  - (D) a instituição de taxa para atender a despesas extraordinárias urgentes, decorrentes de calamidade pública, ocasionada por convulsões sociais.
  - (E) a inclusão de determinadas operações com mercadorias na sistemática da retenção antecipada do ICMS por substituição tributária.
- 
65. A empresa J & J Indústrias Reunidas Ltda., contribuinte do ICMS, localizada no município de Resende-RJ, recebeu auto de infração pelo cometimento de infração prevista na legislação fluminense.
- Em razão da autuação sofrida, apresentou, no prazo previsto nessa legislação, impugnação administrativa, mas o resultado definitivo do processo administrativo tributário lhe foi desfavorável, restando mantido o crédito tributário em sua integralidade.
- Nos termos da legislação fluminense, o crédito tributário foi considerado definitivamente constituído em 19 de agosto de 2011, uma sexta-feira.
- Excetuados os sábados e domingos, todos os demais dias dos meses de agosto de 2011 e de agosto de 2016 foram de expediente normal em todas as repartições públicas do Estado do Rio de Janeiro. Os dias 22 de agosto de 2016 e 31 de dezembro de 2016 recairão, respectivamente, em uma segunda-feira e em um sábado.
- Diante dessa situação hipotética, considerando que o contribuinte não pagou o crédito tributário constituído, nem pediu o seu parcelamento, nem propôs qualquer ação judicial visando desconstituir esse crédito, e com fundamento no CTN, a
- (A) decadência do direito fazendário fluminense ocorrerá no dia 31 de dezembro de 2016.
  - (B) prescrição do direito fazendário fluminense ocorrerá no dia 22 de agosto de 2016, se não houver interrupção do prazo para sua fluência.
  - (C) decadência do direito fazendário fluminense ocorrerá no dia 22 de agosto de 2016.
  - (D) homologação tácita do lançamento fazendário fluminense ocorrerá no dia 31 de dezembro de 2016.
  - (E) prescrição do direito fazendário fluminense ocorrerá no dia 31 de dezembro de 2016, se não houver interrupção do prazo para sua fluência.



66. Na iminência ou no caso de guerra

- (A) externa, a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios, para atender a despesas extraordinárias, dela decorrentes.
- (B) civil ou externa, a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios, para atender a despesas extraordinárias, dela decorrentes.
- (C) civil ou externa, a União, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir, por meio de lei complementar, tributos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, para atender a despesas extraordinárias, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- (D) externa, a União, os Estados e o Distrito Federal, mediante lei ordinária, poderão instituir empréstimos compulsórios, para atender a despesas extraordinárias, dela decorrentes.
- (E) externa ou convulsão social de natureza grave, a União poderá instituir, por meio de lei complementar, tributos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

67. De acordo com a Constituição Federal, os Estados deverão entregar aos Municípios

- I. que forem atravessados por rodovias estaduais, 20% da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, cobrado pelos Estados, dos contribuintes com propriedades adjacentes a essas rodovias.
- II. 25% do produto da arrecadação do ICMS, sendo três quartos desse percentual, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios, e até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.
- III. 25% da arrecadação do ITD incidente sobre as transmissões *causa mortis* de bens imóveis localizados nesses municípios.
- IV. em que estiver domiciliado o proprietário do veículo ou o seu possuidor, a qualquer título, 50% da arrecadação do IPVA incidente sobre esses veículos.
- V. 40% da arrecadação das taxas cobradas pelo Estado, em razão do exercício do poder de polícia, quando a atribuição para o exercício desse poder competir tanto ao Estado como ao Município no qual esse poder estiver sendo exercido.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) IV.
- (C) I e V.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

68. De acordo com a Constituição Federal, mais especificamente com a matéria tratada em seu Título VI, intitulado "DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO", é correto afirmar:

- (A) Por meio de lei ordinária: os Municípios poderão instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública; os Estados instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40 da Constituição Federal; e a União poderá instituir impostos extraordinários, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- (B) Cabe à resolução do Senado Federal fixar: as alíquotas máximas do ITD; as alíquotas mínimas do IPVA; e as alíquotas máximas e mínimas do ISSQN.
- (C) Cabe à lei complementar: estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação tributária; estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária e, em relação aos tributos discriminados na Constituição Federal, a definição de suas bases de cálculo; e instituir o ITD, se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.
- (D) Cabe à lei ordinária: federal, instituir o imposto sobre grandes fortunas; estadual, dispor a respeito dos critérios segundo os quais os Estados creditarão aos Municípios até um quarto da parcela da receita de 25% do produto da arrecadação do ICMS; e à municipal, fixar a base de cálculo da contribuição de melhoria decorrente de obra pública realizada pelo respectivo município.
- (E) Cabe ao decreto do Poder Executivo federal: reduzir e restabelecer a alíquota da CIDE, relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível; e alterar as alíquotas, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, do imposto sobre produtos industrializados e do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

69. Considerando as regras constantes da Constituição Federal, o ICMS

- I. terá seu regime de compensação do imposto disciplinado por lei complementar.
- II. incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de telecomunicação.
- III. incidirá sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- IV. será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante pago nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- V. terá seu valor calculado, em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, mediante a aplicação da alíquota interestadual, quando o destinatário estiver inscrito na repartição fiscal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e V.
- (E) II, IV e V.

70. A Comercial Importadora Esaú & Jacó, sediada em Niterói-RJ, importou mercadorias da China e as desembarçou no porto de Vitória-ES. Entretanto, tais mercadorias são sujeitas à substituição tributária das operações subsequentes, tanto pela legislação fluminense, como pela legislação capixaba. Antes de retirar a mercadoria da zona aduaneira, o contribuinte atentou para o artigo 12, § 2º, da Lei Complementar nº 87/1996, que estabelece:

*“Art. 12 – ...*

*§ 2º – Na hipótese do inciso IX, após o desembarço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, de mercadoria ou bem importados do exterior deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembarço, que somente se fará mediante a exibição do comprovante de pagamento do imposto incidente no ato do despacho aduaneiro, salvo disposição em contrário.”*

Para retirar a mercadoria da zona aduaneira, o importador deverá apresentar ao órgão responsável pelo desembarço o comprovante de pagamento do ICMS devido ao Estado do

- (A) Espírito Santo, apenas, em razão da importação realizada.
- (B) Espírito Santo, em razão da importação realizada, visto que nesse momento ocorreu o fato gerador do referido imposto, bem como o comprovante do ICMS devido, por substituição tributária, ao Estado do Rio de Janeiro, relativamente às operações subsequentes.
- (C) Espírito Santo, em razão da importação realizada, visto que nesse momento ocorreu o fato gerador do referido imposto, bem como o comprovante do ICMS devido, por substituição tributária, ao mesmo Estado, relativamente às operações subsequentes.
- (D) Rio de Janeiro, apenas, em razão da importação realizada.
- (E) Rio de Janeiro, em razão da importação realizada, como também o comprovante do ICMS devido, por substituição tributária, ao mesmo Estado, relativamente às operações subsequentes.

71. A Metalúrgica Sansão e Dalila, localizada no Estado do Rio de Janeiro, fabricou, sob encomenda de empresa petrolífera, um guindaste, no valor de R\$ 200.000,00, cobrando, ainda, mais R\$ 30.000,00, pelo projeto de engenharia industrial de desenvolvimento do produto e, também, R\$ 20.000,00, a título de despesas de montagem e instalação do equipamento. A empresa metalúrgica recebeu o valor total no mês de fevereiro de 2013, emitindo documento fiscal de “Venda para Entrega Futura”. Entretanto, o equipamento só ficou pronto no dia 30 de junho de 2013, data em que saiu do estabelecimento do fabricante com destino ao local de instalação, sendo instalado, no estabelecimento destinatário, em Campos-RJ, no dia 1º de julho de 2013. Nesse caso, o fato gerador ocorrerá em

- (A) fevereiro e a base de cálculo do ICMS será de R\$ 250.000,00.
- (B) julho e a base de cálculo do ICMS será de R\$ 220.000,00.
- (C) junho e a base de cálculo do ICMS será de R\$ 250.000,00.
- (D) fevereiro e a base de cálculo do ICMS será de R\$ 220.000,00.
- (E) fevereiro e a base de cálculo do ICMS será de R\$ 230.000,00.



72. O Regulamento do ICMS do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 27.427/2000, no Título I do Livro I, estabelece:

*“Art. 3º – O fato gerador do imposto ocorre:*

*...*

*IV – no fornecimento de mercadoria com prestação de serviço:*

*1. não compreendido na competência tributária dos municípios;*

*2. compreendido na competência tributária dos municípios, e com indicação expressa de incidência do imposto de competência estadual, como definido em legislação aplicável;”*

Considere as situações a seguir:

- I. Hospital fluminense adquire medicamentos de outro Estado, para aplicar em tratamento médico.
- II. Hotel da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, fornece refeições à delegação do time japonês, durante a Copa do Mundo, as quais estão inclusas no valor das diárias.
- III. Oficina conserta elevador de Hotel da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, cobrando pela mão de obra e pelas peças substituídas durante o conserto.
- IV. Empresa fluminense de preparação de eventos e organização de festas foi contratada por Hotel da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, para realizar a Festa da Primavera e cobrou R\$ 100.000,00 pela organização do evento e do bufê, em cujo montante já estava incluso o valor do fornecimento da alimentação e das bebidas.

É possível identificar fato gerador do ICMS APENAS nas situações descritas em

- (A) I e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e III.

73. Ao atribuir a competência tributária para a União, a Constituição Federal estabelece:

*“Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:*

*...*

*IV – produtos industrializados.”*

Por outro lado, ao atribuir a competência para os Estados, determina a Constituição Federal:

*“Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*

*...*

*II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;”*

Em várias operações realizadas por empresas que se caracterizam como contribuintes tanto do IPI como do ICMS, temos a incidência dos dois impostos de forma concomitante.

Nesse sentido, considere indústria vendendo seu produto a:

- I. construtora que irá incluir em obras de construção civil;
- II. comerciante revendedor de outro Estado;
- III. comerciante revendedor do mesmo Estado;
- IV. outra indústria que vai utilizar como matéria-prima;
- V. outra indústria que utilizar como bem do ativo imobilizado.

O IPI será incluído na base de cálculo do ICMS APENAS nos casos constantes em

- (A) II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) III e V.
- (D) III e IV.
- (E) I e V.

74. As alíquotas internas hipotéticas das mercadorias de origem nacional a seguir relacionadas, praticadas pelo Estado do Rio de Janeiro, são respectivamente: sal – 12%; confecções – 18%; óleo diesel – 12%. Supondo que contribuintes do regime normal de apuração tenham efetuado, em uma determinada data, as seguintes vendas:

- Atacadista Daniel, localizado em Niterói-RJ, vendeu R\$ 100.000,00 de sal a supermercado de Brasília-DF;
- Indústria Isaías, localizada em Macaé-RJ, vendeu R\$ 100.000,00 de confecções à empresa distribuidora de energia elétrica do Acre;
- Distribuidora Ezequiel, localizada em Petrópolis-RJ, vendeu R\$ 100.000,00 de óleo diesel a posto de combustíveis de Palmas-TO.

O valor total do ICMS devido ao Estado fluminense referente a essas operações é

- (A) R\$ 42.000,00.
- (B) R\$ 21.000,00.
- (C) R\$ 30.000,00.
- (D) R\$ 14.000,00.
- (E) R\$ 24.000,00.



75. Considere as proposições a seguir:
- I. Pessoa física que, uma única vez, importa equipamento do exterior para utilização em tratamento de saúde, não é considerada contribuinte, devido a falta de habitualidade na prática do fato gerador e a ausência de intuito comercial.
  - II. O armazém-geral fluminense será responsável pelo ICMS incidente na saída de mercadoria depositada por contribuinte, quando ocorrer inadimplência do depositante, devedor original da obrigação tributária.
  - III. No caso de uma empresa transportadora, que realiza apenas prestação de serviço de transporte intramunicipal na cidade do Rio de Janeiro, adquirir lubrificantes derivados de petróleo de fornecedor de outro Estado, não haverá ICMS a ser pago ao Estado do Rio de Janeiro, em virtude da imunidade constitucional para as operações interestaduais com tal mercadoria e, também, em virtude de o destinatário não ser contribuinte do ICMS.

Está INCORRETO o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
  - (B) I, apenas.
  - (C) II, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) I, II e III.
- 
76. Para efeito de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, considera-se local da operação
- (A) aquele em que ocorreu a saída da mercadoria do estabelecimento, quando flagrada em situação fiscal irregular em seu transporte.
  - (B) quanto a bem importado do exterior, o do domicílio do adquirente, exceto quando não for contribuinte habitual do imposto.
  - (C) aquele de onde o ouro tenha sido extraído, em relação à operação em que passe a ser considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial.
  - (D) aquele em que seja realizada a apreensão, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importado do exterior e apreendido.
  - (E) quanto à mercadoria importada do exterior o do estabelecimento destinatário da mercadoria ou bem, quando a importação, promovida por outro estabelecimento, ainda que situado em outra unidade da Federação, esteja previamente vinculada ao objetivo de destiná-lo àquele.

77. A Transportadora Josué estabelecida em Volta Redonda-RJ, que apura o ICMS devido por meio do regime periódico de apuração, efetuou, no mês de setembro de 2013, transporte de fios elétricos desde aquela cidade fluminense até uma empresa distribuidora de energia elétrica, consumidora final da mercadoria, situada em Salvador-BA, cobrando, pelo frete, o valor de R\$ 2.000,00. No mesmo mês, efetuou o transporte de fios elétricos, com destino a uma loja revendedora de Santa Catarina, cobrando a importância de R\$ 1.000,00 por essa prestação de serviço de transporte. Ao retornar, cobrou a importância de R\$ 2.500,00, a título de frete, para trazer explosivos desde Brusque-SC, até loja revendedora do Rio de Janeiro. Nesse caso, considerando as alíquotas do ICMS incidentes sobre essas prestações, o valor total do ICMS devido ao Estado do Rio de Janeiro, pelas prestações acima mencionadas, será
- (A) R\$ 260,00.
  - (B) R\$ 480,00.
  - (C) R\$ 780,00.
  - (D) R\$ 560,00.
  - (E) R\$ 660,00.

78. A Fábrica de Tintas Amós, de Nova Iguaçu-RJ, efetuou vendas de tintas (mercadoria que está sujeita à substituição tributária das operações subsequentes, em território fluminense) às seguintes empresas localizadas no Estado do Rio de Janeiro: Fábrica de Tintas Miquéias, que as irá revender; Fábrica de Fogões Habacuc, que irá utilizá-las na pintura de seus produtos; e Atacadista Baruc, que, após essa aquisição, decidiu revender apenas metade do lote, destinando o restante à pintura de suas instalações. Nesse caso, Amós deverá reter o ICMS
- (A) nessas três situações, e nenhuma das empresas terá direito a ressarcimento.
  - (B) nessas três situações, mas Amós terá direito a ressarcimento referente à tinta utilizada por Baruc, na qualidade de consumidor final.
  - (C) apenas na venda para Baruc, e este terá direito ao ressarcimento referente à tinta que utilizou para consumo.
  - (D) nas vendas para Miquéias e Baruc, e nenhuma das empresas terá direito a ressarcimento.
  - (E) nas vendas para Miquéias e Baruc, e este terá direito ao ressarcimento referente à tinta que utilizou para consumo.

79. No mês de maio de 2013, as Indústrias Geroboão, do Rio de Janeiro-RJ, realizaram APENAS operações de saída de mercadorias tributadas.

Nesse mesmo mês, efetuaram as seguintes aquisições: material de embalagem, no valor de R\$ 100.000,00, com ICMS de R\$ 18.000,00; mesa de reuniões para a diretoria da empresa, no valor de R\$ 30.000,00, com ICMS no valor de R\$ 5.400,00; despesas com serviços de comunicação utilizados na atividade de compras de insumos e de vendas de produtos, no valor de R\$ 20.000,00, com ICMS de R\$ 5.000,00; veículo para entrega de mercadorias vendidas no valor de R\$ 200.000,00, com ICMS de R\$ 24.000,00.

Com base na Lei Complementar nº 87/1996 e na Lei Estadual nº 2.657/1996, o valor que essa empresa poderá lançar como crédito, nesse mês, é

- (A) R\$ 18.000,00.
- (B) R\$ 18.500,00.
- (C) R\$ 23.500,00.
- (D) R\$ 23.725,00.
- (E) R\$ 18.725,00.



80. Considerando que a mercadoria é sujeita à substituição tributária das operações subsequentes, no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a legislação fluminense, é correto afirmar:
- (A) O contribuinte terá direito à restituição do imposto retido, em caso de perda ou extravio da mercadoria em seu estoque, mediante autorização da repartição fiscal, lançando-o em seu livro Registro de Apuração do ICMS, e no caso de operação interestadual destinada a contribuinte, mediante a emissão de Nota Fiscal, exclusiva para esse fim, em nome do estabelecimento que tenha efetuado a retenção, pelo valor do imposto retido, após a mesma ser visada pela repartição fiscal que efetuará as verificações necessárias.
  - (B) O ICMS referente às operações subsequentes deverá ser retido e recolhido pelo industrial ou pelo atacadista, a favor do Estado do Rio de Janeiro, estejam eles localizados no próprio Estado fluminense ou em Estados signatários de acordo de substituição tributária com o Estado do Rio de Janeiro, sempre que remeterem a mercadoria a revendedor fluminense.
  - (C) Em caso de existência de acordo de substituição tributária com o Estado onde se situa o contribuinte remetente da mercadoria (substituto), se este não efetuar a retenção e o recolhimento do ICMS devido antecipadamente por substituição tributária, dele, e não do destinatário (substituído), será exigido o imposto não retido, pois o CTN estabelece, em seu artigo 102, que *"a legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União"*.
  - (D) No cálculo do ICMS retido por substituição tributária, por substituto industrial, o valor do IPI pago pela indústria e cobrado em sua Nota Fiscal, não será incluído na base de cálculo da substituição tributária, visto que a mercadoria se destina à comercialização pelo destinatário.
  - (E) A margem de valor agregado das mercadorias sujeitas à substituição tributária, em operações internas, será estabelecida calculando-se a relação percentual entre os preços de varejo e da indústria ou entre os preços do varejo e do atacado, adotando-se a média ponderada dos preços coletados, e será estabelecida em convênio ou protocolo firmado no âmbito do Confaz.
- 
81. De acordo com o Regulamento do ICMS do Estado do Rio de Janeiro, quando uma nova espécie de mercadoria for submetida ao regime de substituição tributária, com retenção antecipada do imposto, deverá ser feito o levantamento do estoque dessa mercadoria, o cálculo do imposto a pagar e o seu pagamento, relativamente às operações subsequentes a serem realizadas com ela. O levantamento do estoque, o cálculo do imposto e o pagamento mencionados deverão ser feitos pelo estabelecimento
- (A) industrial, importador, atacadista, distribuidor ou varejista daquela mercadoria, inclusive microempresa ou empresa de pequeno porte.
  - (B) atacadista, distribuidor ou varejista daquela mercadoria, inclusive microempresa ou empresa de pequeno porte, desde que estas últimas não tenham fabricado ou importado a mercadoria.
  - (C) atacadista, distribuidor ou varejista daquela mercadoria, exceto microempresa ou empresa de pequeno porte.
  - (D) atacadista, distribuidor, importador ou varejista daquela mercadoria, inclusive microempresa ou empresa de pequeno porte.
  - (E) industrial, atacadista, distribuidor ou varejista daquela mercadoria, exceto microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 
82. As situações a seguir ocorreram na empresa Indústrias Malaquias, de Nova Friburgo-RJ. Assinale a alternativa que contém hipótese de NÃO incidência do ICMS.
- (A) Produção e venda de um sino de bronze para uma igreja; e venda de matéria-prima excedente em sua produção.
  - (B) Saída de produtos de sua fabricação, a título de doação, destinados às vítimas de enchente na região serrana do Estado; e transferência de mercadorias do seu estoque para sua filial de Minas Gerais.
  - (C) Aquisição, em licitação promovida pela Receita Federal, em Belo Horizonte-MG, de um torno industrial que fora apreendido em descaminho; e contratação de serviço de transporte, iniciado em Belo Horizonte-MG, prestado por transportadora mineira, para trazer o torno para o seu estabelecimento.
  - (D) Transporte de mercadorias do seu estoque, com habitualidade, em veículo próprio, desde Nova Iguaçu-RJ até sua filial em Belo Horizonte-MG, em trajeto interestadual; e aquisição de material de limpeza oriundo do Paraná para utilizar nas dependências administrativas da empresa.
  - (E) Venda de rolamentos de sua fabricação para indústria de Macaé-RJ, que os colocou em máquinas que produziu e, comprovadamente, exportou; e venda de sucata de metal originada de perdas de produção para siderúrgica do mesmo Estado.
- 
83. A Indústria Sofonias, localizada no Estado do Rio de Janeiro, possui saldo credor acumulado, oriundo de operações ou prestações efetuadas com alíquotas diversificadas, no valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), e pretende transferir parte dele para a Fábrica de Máquinas Ageu, em pagamento de equipamentos industriais que vai adquirir, no valor de R\$ 500.000,00. Nesse caso, desde que respeitada a disciplina prevista na legislação, já tendo ocorrido exame da legitimidade dos créditos e autorização do Secretário da Fazenda, a negociação poderá ser feita, mas a transferência do crédito será limitada ao valor de
- (A) R\$ 200.000,00, independentemente de verificação de valores recolhidos pelo destinatário do crédito, mas desde que a origem da acumulação de crédito seja, exclusivamente, a exportação devidamente comprovada.
  - (B) R\$ 400.000,00, independentemente de verificação de valores recolhidos pelo destinatário do crédito.
  - (C) R\$ 200.000,00 e desde que o destinatário do crédito tenha recolhido ICMS, no período imediatamente anterior ao da transferência, no valor de R\$ 666.666,67, ou mais.
  - (D) R\$ 200.000,00 e desde que o destinatário do crédito tenha recolhido ICMS, no período imediatamente anterior ao da transferência, no valor de R\$ 150.000,00, ou mais.
  - (E) R\$ 200.000,00, independentemente de verificação de valores recolhidos pelo destinatário do crédito.



84. Em relação à legislação do ICMS do Estado do Rio de Janeiro, é INCORRETO afirmar:

- (A) Na hipótese de mercadoria depositada em armazém geral por contribuinte do ICMS, no momento da entrega pelo armazém a destinatário que esteja adquirindo tal mercadoria do depositante, o armazém, em caso de mercadoria tributada, emite nota fiscal com destaque do ICMS, quando o depositante for de outra unidade da Federação, e emite sem destaque do ICMS, quando o depositante for da mesma unidade da Federação.
- (B) O diferimento é uma forma de substituição tributária das operações antecedentes e o responsável se localiza em uma das etapas posteriores àquela que é objeto do instituto, sendo que sua concessão não é hipótese de deliberação dos Estados nos termos do artigo 155, § 2º, XII, "g" da Constituição Federal, sendo que o contribuinte que realiza saída de mercadoria a ele sujeita, não terá de promover estorno de crédito referente a essas mercadorias.
- (C) Contribuinte que promover entrada de mercadoria, por ele adquirida ou importada, em seu estoque, destinada a posterior revenda tributada, somente poderá se creditar no período de apuração em que ocorrer a entrada da mercadoria em seu estabelecimento, mesmo que tenha havido recolhimento do ICMS, por guia especial, na data da saída da mercadoria do fornecedor ou na data do desembaraço aduaneiro, em período de apuração do imposto anterior àquele em que o crédito foi efetuado.
- (D) Considera-se brinde, estando sujeita às regras específicas de capítulo próprio do Regulamento do ICMS/RJ, a mercadoria que, não constituindo objeto normal da atividade do contribuinte, tenha sido adquirida para distribuição gratuita a consumidor ou usuário final.
- (E) Na remessa de mercadoria para contribuinte ou não do imposto, sem que se efetive a entrada no estabelecimento ou domicílio do destinatário, o Regulamento do ICMS do Estado do Rio de Janeiro determina que o transportador promoverá o seu retorno ao estabelecimento de origem, acompanhada do mesmo documento fiscal, mencionando os motivos da não entrega no verso da 1ª via, e o remetente deve emitir nota fiscal relativa à entrada da mercadoria, inclusive para o respectivo crédito, quando for o caso.

85. Ramon e Julieta eram casados pelo regime da comunhão universal de bens, sendo que, por ocasião do falecimento de Ramon, o patrimônio total do casal era de R\$ 1.200.000,00.

Em decorrência de seu óbito, Ramon deixou a esposa, Julieta, e mais quatro filhos vivos: Guilherme, Elizabeth, Maria e Jaime.

Constou do processo de inventário dos bens deixados por Ramon, que corria no município de Niterói, que:

- o casal era domiciliado em Niterói;
- não foi deixado testamento;
- os cônjuges não tinham bens particulares;
- o espólio não deixou dívidas;
- as despesas de funeral foram pagas pelos confrades de Ramon, do clube "Confraria dos Degustadores de Cerveja";
- Julieta era apenas meeira dos bens comuns do casal;
- Julieta não era herdeira de Ramon, por serem casados pelo regime da comunhão universal de bens;
- não havia bens a serem colacionados pelos herdeiros;
- não havia herdeiros indignos ou deserdados;
- todos os herdeiros eram domiciliados na cidade do Rio de Janeiro;
- todos os bens deixados por Ramon, móveis e imóveis, estavam em território fluminense.

Constou, ainda, do processo de inventário que, Guilherme, filho mais velho, que estava bem de vida, renunciou à integralidade do seu quinhão de herança a favor de sua mãe, Julieta, e que Jaime, filho mais novo, que nunca demonstrou ter aceitado a herança, renunciou expressamente a favor do monte, sem qualquer ressalva, por convicções pessoais. Elizabeth e Maria aceitaram a herança.

Ao fim do processo de inventário dos bens deixados por Ramon,

- (A) Guilherme, Elizabeth, Maria e Jaime pagaram, cada um, R\$ 6.000,00, de ITD *causa mortis*, e Julieta pagou R\$ 6.000,00, de ITD doação, tendo ocorrido um total de cinco fatos geradores até o final do processo de inventário, sendo três deles *causa mortis* e dois deles doação.
- (B) Guilherme, Elizabeth e Maria pagaram, cada um, R\$ 8.000,00, de ITD *causa mortis*, e Julieta pagou R\$ 8.000,00, de ITD doação, tendo ocorrido um total de quatro fatos geradores até o final do processo de inventário, sendo três deles *causa mortis* e um deles doação.
- (C) Guilherme, Elizabeth e Maria pagaram, cada um, R\$ 8.000,00, de ITD *causa mortis*, e Julieta pagou R\$ 8.000,00, de ITD doação, tendo ocorrido um total de cinco fatos geradores até o final do processo de inventário, sendo quatro deles *causa mortis* e um deles doação.
- (D) Guilherme, Elizabeth e Maria pagaram, cada um, R\$ 16.000,00, de ITD *causa mortis*, e Julieta pagou R\$ 16.000,00, de ITD doação, tendo ocorrido um total de quatro fatos geradores até o final do processo de inventário, sendo três deles *causa mortis* e um deles doação.
- (E) Guilherme, Elizabeth, Maria e Jaime pagaram, cada um, R\$ 12.000,00, de ITD *causa mortis*, e Julieta pagou, R\$ 12.000,00 de ITD doação, tendo ocorrido um total de cinco fatos geradores até o final do processo de inventário, sendo três deles *causa mortis* e dois deles doação.





86. Américo, viúvo, domiciliado em Angra dos Reis-RJ, sem herdeiros necessários vivos, decidiu doar parte de seu patrimônio a seus quatro sobrinhos: Meire, Nilton, Alfredo e Isabela.

Desse modo:

- Meire recebeu a nua-propriedade de uma casa localizada em Varginha-MG, com valor real de R\$ 150.000,00, mais R\$ 50.000,00, em dinheiro, depositados em agência bancária localizada na cidade de São Paulo.
- Nilton recebeu um veículo automotor de passeio, usado, licenciado na cidade de Angra dos Reis-RJ, no valor de R\$ 30.000,00, mais uma centena de livros raros, no valor total de R\$ 150.000,00, cuidadosamente guardados por Américo, em sua casa de veraneio de Guarapari-ES.
- Alfredo, sobrinho predileto, recebeu uma casa de campo, localizada em Guarapari-ES, no valor de R\$ 100.000,00, recebeu um galpão (terreno e construção), na cidade de Teresópolis-RJ, no valor de R\$ 120.000,00 e recebeu R\$ 2.500,00, em dinheiro, provenientes de uma caderneta de poupança “esquecida” por Américo, que foi encerrada com o saque dessa importância.
- Isabela recebeu a nua-propriedade de um imóvel localizado em Campos dos Goitacazes-RJ, no valor de R\$ 180.000,00, mais um terreno localizado em Lorena-SP, no valor de R\$ 30.000,00.

Considere, ainda, que:

- todos os bens foram doados pelo seu valor real;
- dentre os sobrinhos donatários, somente Alfredo renunciou ao direito de impugnar, na esfera administrativa, a base de cálculo definida em relação aos bens imóveis, com o objetivo de auferir os benefícios fiscais decorrentes dessa renúncia;
- nenhum dos donatários residia no imóvel que recebeu em doação;
- o valor da UFIR-RJ, no exercício em que todas essas doações foram feitas, era de R\$ 2,4066 (Nos cálculos, desprezar as casas decimais além da casa do centavo).

Considerando as informações acima, o valor total do ITD devido ao Estado do Rio de Janeiro, em razão de todas as doações efetuadas por Américo aos seus sobrinhos é

- (A) R\$ 10.242,87.  
 (B) R\$ 21.300,00.  
 (C) R\$ 13.942,76.  
 (D) R\$ 15.300,00.  
 (E) R\$ 17.700,00.

87. Mamede e Eulália eram casados pelo regime da comunhão parcial de bens, sendo que, por ocasião do falecimento de Mamede, o patrimônio total do casal era de R\$ 1.800.000,00.

Ao falecer, Mamede deixou a esposa, Eulália, e mais cinco filhos vivos: Rita, Eduardo, Marino, Gustavo e Adriana.

Constou do processo de inventário dos bens deixados por Mamede, que corria no município de Nova Iguaçu-RJ, que:

- o casal era domiciliado em Nova Iguaçu-RJ;
- foi deixado testamento;
- Eulália não era herdeira necessária de Mamede, pois eles eram casados pelo regime da comunhão parcial de bens e Mamede não tinha bens particulares;
- o espólio não deixou dívidas;
- as despesas de funeral foram pagas por amigos da família;
- não havia bens a serem colacionados pelos herdeiros;
- não havia herdeiros indignos ou deserdados;
- todos os herdeiros eram domiciliados na cidade de Petrópolis-RJ;
- não houve doação no bojo do processo;
- todos os bens deixados por Mamede estavam em território fluminense.

Mamede, por meio de testamento, deixou bens para seus familiares, nos seguintes valores:

- R\$ 100.000,00 para Eulália;
- R\$ 70.000,00 para Rita;
- R\$ 40.000,00 para Eduardo;
- R\$ 20.000,00 para Marino;
- R\$ 60.000,00 para Gustavo;
- R\$ 110.000,00 para Adriana.

Com base nos dados acima, o valor total que cada herdeiro/legatário deverá pagar ao erário fluminense a título de ITD *causa mortis* está expresso em:

	Eulália	Rita	Eduardo	Marino	Gustavo	Adriana
A	R\$ 4.000,00	R\$ 2.800,00	R\$ 1.600,00	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00	R\$ 4.400,00
B	–	R\$ 6.800,00	R\$ 5.600,00	R\$ 4.800,00	R\$ 6.400,00	R\$ 8.400,00
C	R\$ 8.000,00	R\$ 13.600,00	R\$ 11.200,00	R\$ 9.600,00	R\$ 12.800,00	R\$ 16.800,00
D	R\$ 4.000,00	R\$ 6.800,00	R\$ 5.600,00	R\$ 4.800,00	R\$ 6.400,00	R\$ 8.400,00
E	–	R\$ 13.600,00	R\$ 11.200,00	R\$ 9.600,00	R\$ 12.800,00	R\$ 16.800,00



88. Giovanni, viúvo, de nacionalidade italiana, depois de ter residido muitos anos no Brasil, retornou à Itália, onde pretende viver pelo resto de sua vida.

Como não tem herdeiros necessários, decidiu doar boa parte de seus bens, localizados no Brasil, aos seus cinco sobrinhos: Lucas, domiciliado em São Paulo, Thiago, domiciliado no Rio de Janeiro, Gustavo, domiciliado no Rio Grande do Norte, Mariana, domiciliada no Pará, e Bruno, domiciliado em Pernambuco.

Lucas recebeu uma casa localizada no município do Rio de Janeiro e um lote de ações da empresa "VIVA A ITÁLIA", negociadas na Bolsa de Valores e custodiadas em corretora paulista na data da doação.

Thiago recebeu um sítio localizado em Feira de Santana-BA, junto com as 20 cabeças de gado que nele existiam.

Gustavo recebeu o domínio útil de um imóvel localizado em Petrópolis-RJ, e o saldo integral de uma caderneta de poupança aberta na agência do "BANCO BRASILEIRO S/A", localizada em Londrina-PR.

Mariana recebeu o apartamento localizado em Uberlândia-MG e uma quantidade considerável de joias, que Giovanni deixou guardadas em cofre de agência bancária paulista.

Bruno recebeu a nua-propriedade de um imóvel localizado em Guarapari-ES, cujo usufruto pertence à irmã de Giovanni, Paola, que nele reside. Bruno recebeu, ainda, 10 cavalos de raça, que os seus respectivos se encontravam em um haras localizado em Teresópolis-RJ, haras este pertencente ao irmão de Giovanni, Aldo.

Com base nas informações acima, nas regras constitucionais que fixam a competência tributária e na Lei Estadual nº 1.427, de 13 de fevereiro de 1989, e suas atualizações, as doações em que o ITD é devido ao Estado do Rio de Janeiro e os seus respectivos contribuintes estão expressos em:

- (A) Dez cavalos de raça, que se encontravam em um haras localizado em Teresópolis / Aldo; sítio em Feira de Santana / Thiago e saldo integral da caderneta de poupança aberta no "BANCO BRASILEIRO S/A", com agência localizada em Londrina / Giovanni.
- (B) Casa localizada no município do Rio de Janeiro / Lucas; domínio útil de um imóvel localizado em Petrópolis / Gustavo e 10 cavalos de raça, que se encontravam em um haras localizado em Teresópolis / Bruno.
- (C) Casa localizada no município do Rio de Janeiro / Lucas; 10 cavalos de raça, que se encontravam em um haras localizado em Teresópolis / Bruno e sítio em Feira de Santana / Thiago.
- (D) Ações da empresa "VIVA A ITÁLIA", custodiadas em corretora paulista / Giovanni; saldo integral da caderneta de poupança aberta no "BANCO BRASILEIRO S/A", com agência localizada em Londrina / Giovanni e joias guardadas em cofre de agência bancária paulista / Giovanni.
- (E) Casa localizada no município do Rio de Janeiro / Lucas; 20 cabeças de gado existentes em sítio em Feira de Santana / Thiago e domínio útil de um imóvel localizado em Petrópolis / Gustavo.

**Instruções:** Para responder às questões de números 89 e 90, considere as informações a seguir:

A empresa "Carro Novo Em Folha Ltda.", importadora e revendedora de veículos nacionais e importados, da marca "BRAND NEW CAR", com estabelecimento único na cidade de Angra dos Reis-RJ, promoveu as seguintes aquisições e vendas de veículos de passeio, no ano de 2012:

- I. em fevereiro de 2012, adquiriu, mediante importação, com o desembaraço aduaneiro nesse mesmo mês de fevereiro, um veículo de passeio "flex", 0 Km, movido a álcool e a gasolina, fabricado pela "BRAND NEW CAR" dos Estados Unidos, pelo valor, em reais, equivalente a R\$ 39.600,00, para ser integrado ao ativo fixo da empresa e utilizado para *test drive*. O veículo até chegou a ser registrado no DETRAN-RJ. Esses R\$ 39.600,00 compreendem o valor constante do documento de importação, incluindo os valores dos tributos federais e das despesas aduaneiras devidos pela importação. O ICMS incidente sobre essa importação, que não está incluso, foi de R\$ 4.800,00. Depois de utilizá-lo para *test drive*, por vários meses, essa revendedora o vendeu, em outubro de 2012, para José Alves, emitindo o devido documento fiscal, no valor de R\$ 30.000,00, por ser este o preço à vista do referido veículo;
- II. em maio de 2012, adquiriu um veículo de passeio, 0 Km, movido a gás e a gasolina, fabricado pela "BRAND NEW CAR" do Rio de Janeiro, pelo valor de R\$ 48.000,00, e revendido, também 0 Km, a Marcos da Silva, em junho de 2012, por R\$ 60.000,00, emitindo o devido documento fiscal, neste valor, por ser este o preço à vista do referido veículo;
- III. em setembro de 2012, adquiriu, mediante importação, com o desembaraço aduaneiro nesse mesmo mês de setembro, um veículo de passeio, 0 Km, movido a gasolina, fabricado pela "BRAND NEW CAR" da Nova Zelândia, pelo valor, em reais, equivalente a R\$ 81.000,00. Esses R\$ 81.000,00 compreendem o valor constante do documento de importação, incluindo os valores dos tributos federais e das despesas aduaneiras devidos pela importação. O ICMS incidente sobre a importação, que não está incluso, foi de R\$ 9.000,00. O referido veículo foi vendido, 0 Km, a Solange de Oliveira, no mesmo mês de setembro de 2012, tendo sido emitido o devido documento fiscal pelo valor de R\$ 120.000,00, por ser este o preço a vista do referido veículo.

Frise-se que, no ano de 2012, só ocorreram essas transações com esses três veículos e que não existe preço tabelado para eles pelo órgão competente.

89. Considerando as situações I, II e III apresentadas, ocorridas em 2012, o momento da ocorrência do fato gerador do IPVA e a pessoa do respectivo contribuinte estão corretamente expressos em:

	Situação	Momento da ocorrência do fato gerador	Contribuinte
A	III	importação do veículo do exterior	Solange de Oliveira
B	I	revenda do veículo a José Alves	empresa "CARRO NOVO EM FOLHA"
C	III	importação do veículo do exterior	empresa "CARRO NOVO EM FOLHA"
D	II	aquisição do veículo novo pela empresa "CARRO NOVO EM FOLHA"	Marcos da Silva
E	I	importação do veículo do exterior	empresa "CARRO NOVO EM FOLHA"



90. Os valores do IPVA a serem pagos, em decorrência dos fatos geradores I, II e III, ocorridos em 2012, são respectivamente:

- (A) R\$ 864,00; R\$ 480,00; R\$ 1.600,00.  
 (B) R\$ 1.221,00; R\$ 350,00; R\$ 1.600,00.  
 (C) R\$ 864,00; R\$ 480,00; R\$ 3.240,00.  
 (D) R\$ 1.089,00; R\$ 280,00; R\$ 1.200,00.  
 (E) R\$ 1.221,00; R\$ 280,00; R\$ 1.200,00.

91. Considere:

- I. Veículo automotor de propriedade de James Smith Johnson, australiano, domiciliado na cidade de Niterói-RJ, funcionário terceirizado do consulado americano, consulado esse localizado na cidade do Rio de Janeiro, sendo certo, ainda, que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil declarou, nesse ano de 2012, a existência de reciprocidade de tratamento tributário entre o Brasil e a Austrália, embora não tenha reconhecido a reciprocidade entre Brasil e Estados Unidos da América.
- II. Veículo automotor de propriedade de Orlando Ortiz Y Ortega, domiciliado e residente apenas na cidade de Lima, República do Peru, que ingressou no território nacional brasileiro e, especialmente, no território fluminense, conduzindo seu próprio veículo e portando o "Certificado Internacional de Circular e Conduzir", válido por mais onze meses, sendo certo, ainda, que a República do Peru concede o mesmo tratamento tributário aos veículos procedentes do Brasil e conduzidos por pessoas residentes no território brasileiro.
- III. Veículo terrestre especial, objeto de contrato de arrendamento mercantil (*leasing*), em que figura como arrendatária Maria da Silva, deficiente física, domiciliada em São Gonçalo, Rio de Janeiro, sendo que esse automóvel é por ela efetivamente utilizado no seu dia-a-dia, e que ela não é proprietária de nenhum outro veículo automotor.
- IV. Veículo automotor terrestre de propriedade de João da Silva, domiciliado em Campos dos Goitacazes-RJ, com 15 anos de fabricação.
- V. Veículo, utilizado como táxi, de propriedade Marcelo de Araújo, taxista profissional autônomo, que o utiliza efetivamente na atividade de táxi.

Poderão beneficiar-se da isenção do pagamento do IPVA-RJ, no ano de 2012, APENAS os veículos constantes em

- (A) III e IV.  
 (B) II e V.  
 (C) I e III.  
 (D) IV e V.  
 (E) II e III.

92. Em reunião hipotética do Confaz, realizada em Brasília, no dia 02 de setembro de 2013, uma segunda-feira, para o qual foram convocados representantes dos 26 Estados brasileiros e, também, o representante do Distrito Federal, sob a presidência de representante do governo federal, constaram da pauta e debateram-se os seguintes temas:

- I. *Autorização para que os Estados que quisessem, concedessem créditos presumidos do ICMS às indústrias instaladas em seus territórios;*
- II. *Autorização para que os Estados que quisessem, concedessem redução de base de cálculo do ICMS nas operações internas e interestaduais realizadas pelas indústrias localizadas em seus territórios, com aparelhos telefônicos celulares fabricados com peças 100% nacionais;*
- III. *Revogação da isenção do ICMS, concedida cinco anos antes aos atacadistas de produtos alimentícios, localizados em todos os Estados federados.*

Compareceram representantes de 18 Estados e também o representante distrital.

Esses 19 representantes presentes aprovaram, por unanimidade, a concessão dos benefícios constantes dos itens I e II da pauta dessa reunião do CONFAZ, mas somente 16 representantes aprovaram a revogação do benefício referido no item III dessa pauta.

Uma semana depois, dia 09 de setembro de 2013, o Diário Oficial da União publicou a resolução adotada em relação aos três itens da pauta.

Relativamente a ratificação das decisões tomadas nessa reunião, pelos Poderes Executivos de cada Estado, aconteceu o seguinte:

Item da pauta	Estados que publicaram decreto ratificando, até 24/09/13	Estados que publicaram decreto ratificando, depois de 24/09/13	Estados que não publicaram decreto ratificando ou rejeitando	Estados que publicaram decreto rejeitando, depois de 24/09/13	Estados que publicaram decreto rejeitando, até 24/09/13
I	19	2	5	1	0
II	20	1	2	3	1
III	14	3	5	1	4

Considerando que o item I da pauta representa, hipoteticamente, o Convênio 01/2013, que o item II da pauta representa, hipoteticamente, o Convênio 02/2013 e que o item III da pauta representa, hipoteticamente, o Convênio 03/2013, é correto afirmar que

- (A) somente o Convênio 03/2013 foi ratificado pelos Estados.  
 (B) somente o Convênio 01/2013 foi ratificado pelos Estados.  
 (C) os três convênios foram ratificados pelos Estados.  
 (D) somente os Convênios 01/2013 e 03/2013 foram ratificados pelos Estados.  
 (E) os três convênios foram rejeitados pelos Estados.



93. De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, a empresa sujeita ao regime do Simples Nacional recolhe mensalmente um determinado percentual sobre o seu faturamento. Trata-se do Documento de Arrecadação do Simples – DAS, normatizado pelo Comitê Gestor do Simples Nacional. Nesse recolhimento estão englobados vários tributos, inclusive o ICMS. Entretanto, pela mes-ma lei, tal recolhimento efetuado por empresa do Simples Nacional sediada no Rio de Janeiro não exclui a incidência do imposto estadual em situações específicas, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas, com pagamento direto ao seu Estado. Nesse sentido, considere as seguintes situações:
- I. por ocasião do desembarço aduaneiro;
  - II. na operação ou prestação desacobertada de documento fiscal;
  - III. nas operações de fornecimento de alimentação;
  - IV. nas operações ou prestações sujeitas ao regime de substituição tributária;
  - V. nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens ou mercadorias, não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;
  - VI. na prestação de serviço de transporte.
- Serão objeto de pagamento do ICMS devido diretamente ao Estado do Rio de Janeiro pela microempresa ou Empresa de Pequeno Porte APENAS as situações constantes em
- (A) I, II, IV e V.
  - (B) II, III, IV, V e VI.
  - (C) II, IV e VI.
  - (D) I, II, V e VI.
  - (E) I, III, IV e V.
- 
94. Considerando o que estabelece a Lei complementar nº 123/2006, é INCORRETO afirmar que um contribuinte do ICMS, enquadrado no Simples Nacional como Empresa de Pequeno Porte,
- (A) será excluída do regime se admitir como participante do seu capital outra pessoa jurídica.
  - (B) poderá continuar enquadrado no regime, mesmo que abra mais duas filiais e desde que a soma anual do faturamento dos três estabelecimentos não ultrapasse o limite anual de R\$ 3.600.000,00.
  - (C) deverá sair do regime se, tendo faturamento anual em vendas internas menor do que R\$ 3.600.000,00, tiver realizado exportação de mercadorias, no mesmo período, no valor de R\$ 1.000.000,00 que, embora não sejam tributadas, ao serem somadas ao seu faturamento implicam descumprimento do limite de faturamento para as empresas do Simples Nacional.
  - (D) poderá continuar no regime, mesmo se realizar importação de mercadorias em valor maior do que R\$ 3.600.000,00 durante o exercício.
  - (E) se for excluído do regime por excesso de faturamento, em determinado ano, não terá vedação de retorno ao regime no início do exercício em que ficar demonstrado que, no exercício anterior a esse, seu faturamento não atingiu o limite.
- 
95. O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do Decreto nº 44.007/2012, concedeu aos contribuintes de ICMS possibilidade de parcelamento de créditos tributários. Nesse caso, o contribuinte poderia parcelar créditos tributários vencidos e ainda não inscritos em dívida ativa, EXCETO o crédito tributário decorrente de desembarço aduaneiro de
- (A) bem destinado ao ativo imobilizado e de imposto retido por substituição tributária.
  - (B) bem destinado ao ativo imobilizado.
  - (C) bem ou mercadoria importados do exterior, qualquer que seja sua destinação.
  - (D) mercadoria importada do exterior, quando destinada à comercialização ou industrialização e de imposto retido por substituição tributária.
  - (E) bem ou mercadoria importados do exterior, qualquer que seja sua destinação e de imposto retido por substituição tributária.
- 
96. No Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Resolução SEFAZ/RJ 266/2009, estão obrigados à emissão da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, independentemente da atividade econômica exercida, mesmo que o seu Código Nacional de Atividade Econômica não esteja listado nas Resoluções SEFAZ nº 118/2008 e 266/2009, os contribuintes que realizarem operações
- (A) destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente; e de comércio exterior.
  - (B) de exportação de mercadorias para o exterior; e com armas e munições.
  - (C) destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e com armas e munições.
  - (D) com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente; e com armas e munições.
  - (E) destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, do Estado do Rio de Janeiro; com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente; e de venda de bens de capital.



97. A Constituição Federal delegou à Lei Complementar nº 87/1996 a responsabilidade de definir vários pontos da operacionalização do ICMS no território nacional. Considerando as normas de tal lei complementar, é correto afirmar:
- (A) Quando o valor do frete, cobrado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular da mercadoria ou por outro estabelecimento de empresa que com aquele mantenha relação de interdependência, exceder os níveis normais de preços em vigor, no mercado local, para serviço semelhante, constantes de tabelas elaboradas pelos órgãos competentes, o valor excedente será havido como parte do preço da mercadoria.
  - (B) Se uma empresa do Rio de Janeiro prestar serviço de comunicação na modalidade não medido, cobrado por período definido, para consumidor do Estado de Tocantins, o local da prestação, para fins de cobrança do imposto, será o do Estado onde se localizar o prestador do serviço.
  - (C) A lei complementar prevê que os débitos e créditos do ICMS devem ser apurados em cada estabelecimento, mas permite que sejam compensados os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no país.
  - (D) Não haverá incidência do ICMS em operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de estoque de mercadorias de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.
  - (E) Na saída de mercadoria de fabricação própria, de estabelecimento industrial para outro estabelecimento pertencente ao mesmo titular, localizado em outro Estado, a base de cálculo é o preço FOB estabelecimento industrial à vista.

98. Tratando-se de ICMS, NÃO integra a base de cálculo do imposto
- (A) o frete, quando o transporte for efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem, e seja cobrado em separado.
  - (B) as despesas financeiras (juros) cobrados pelo vendedor da mercadoria, pois se trata de operação sujeita ao IOF.
  - (C) os descontos concedidos sem condição.
  - (D) as despesas de montagem, instalação e colocação de paredes divisórias cobradas pelo vendedor da mercadoria.
  - (E) o montante do próprio imposto, visto que isso implicaria bitributação.

99. Em caso de lançamento mediante auto de infração das receitas não tributárias, dos acréscimos ou das penalidades decorrentes de infração à legislação de regência, referentes a exploração de recursos hídricos e de recursos minerais, inclusive petróleo e gás natural, o julgamento administrativo do contencioso, considerando as várias instâncias envolvidas, compete
- (A) ao Secretário de Estado da Fazenda do Rio Janeiro.
  - (B) ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Secretaria da Receita Federal.
  - (C) ao Conselho formado pela Receita Federal e Secretaria da Fazenda – SEFAZ.
  - (D) à Agência Nacional de Petróleo – ANP e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no âmbito de competência de cada uma.
  - (E) ao Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.

100. Para os efeitos do disposto na Lei nº 5.139/2007, são receitas não tributárias as compensações e as participações financeiras decorrentes da exploração de recursos hídricos e minerais, previstas no art. 20, § 1º da Constituição Federal, qualquer que seja a denominação que lhes venha a ser atribuída, constituindo receita originária do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, é INCORRETO afirmar:

- (A) Havendo recusa de exibição de livro ou documento fiscal, contábil, comercial ou qualquer outro exigido pela SEFAZ/RJ, no âmbito de fiscalização de receitas não tributárias decorrentes da exploração de recursos hídricos e de recursos minerais, inclusive petróleo e gás natural, o Fiscal de Rendas, sem prejuízo da autuação cabível, pode lacrar móvel, depósito ou estabelecimento onde esteja o livro ou documento exigido, lavrando termo desse procedimento, com cópia para o responsável, solicitando, de imediato, à autoridade a que estiver subordinado, providências necessárias à exibição judicial desse livro ou documento.
- (B) Os procedimentos de administração, de fiscalização, de arrecadação e de lançamento das receitas não tributárias serão executados privativamente por Fiscais de Rendas da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ e se restringirão às parcelas de receitas originárias pertencentes a este Estado.
- (C) Enquanto perdurarem as normas da legislação federal, que estipulem que os pagamentos caibam diretamente à União, a parcela das receitas não tributárias pertencentes a este Estado, deverão ser pagas do seguinte modo: a parcela principal deverá ser recolhida diretamente à União; e as multas, juros e acréscimos moratórios, diretamente ao Estado.
- (D) O pagamento efetuado a órgão ou entidade da União responsável pela transferência das receitas das participações ou das compensações financeiras decorrentes da exploração de recursos hídricos e de recursos minerais, inclusive petróleo e gás natural, pertencentes a este Estado, não afasta deste Estado a competência de exercer a fiscalização e efetuar o lançamento das receitas não tributárias.
- (E) Se for apurada diferença entre o valor pago pelo concessionário, permissionário, cessionário ou terceiros, a SEFAZ/RJ somente atuará o que for considerada receita originária do Estado do Rio de Janeiro, na forma da legislação federal, após receber autorização do órgão regulador da atividade a que se refere a receita não tributária.